

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

2º quadrimestre | 2017





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Gustavo de Oliveira Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001

Sumário

I. Economic Outlook.....	12
I.I Brazil and Rio de Janeiro.....	12
I. Panorama Econômico	14
I.I O Brasil e Rio de Janeiro.....	14
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	16
III.I Resultado Orçamentário	24
III.II Resultado Primário	26
IV. Receita Estadual	28
IV.I Receitas Correntes.....	29
IV.I.1 Receita Tributária	30
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	36
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	38
IV.I.3.1 Receita de Transferências	40
IV.I.3.2 Transferências da União	41
IV.II Receitas de Capital	44
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	46
V.I Despesa Total	46
V.II Créditos Adicionais.....	47
V.III Despesas por Grupo	48
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	51
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	62
VI.1 Cota Financeira	62
VI.2 Pagamento de PD's	62



VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	63
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento.....	64
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	65
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios	75
VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP.....	75
Glossário.....	78

Apresentação

Este é o quinquagésimo terceiro número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, é o segundo referente ao exercício de 2017.

Até 2015 a edição deste documento foi bimestral, mas em 2016, a implantação do SIAFE RIO - novo sistema orçamentário, financeiro e contábil - exigiu um período de adequação e conferência dos relatórios, o que foi equacionado já ao fim do primeiro bimestre. Assim, passou-se a editá-lo a cada quatro meses, na mesma periodicidade dos relatórios de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal / 2000. Seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. Em valores nominais, a Receita de 2017 está praticamente no mesmo patamar que a de 2014, em evidente descompasso com o aumento da despesa.

No que diz respeito à aplicação dos recursos, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 19/09/2017.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro obteve crescimento de 9,9% (+ R\$ 4.594,68 milhões) sobre a meta estipulada, de acordo com a expectativa de receita para o ano de 2017. As Receitas Correntes apresentaram variação acumulada acima da meta em 12,3% (+ R\$ 5.495,81 milhões). Foram responsáveis por essa superação, as Receitas Patrimoniais - dado o comportamento das receitas de petróleo, derivado do aumento da produção e do preço do *brent* no mercado internacional - e as Receitas Intraorçamentárias, em função da regularização das contribuições patronais repassadas ao RIOPREVIDÊNCIA e pela compensação de créditos tributários devidos à autarquia pelo Estado.

As Receitas de Capital ficaram abaixo da meta acumulada definida para o período, com decréscimo de 48,3%, devido ao final do ciclo de grandes obras e investimentos por parte do ERJ e suas respectivas operações de crédito. Importante citar ainda a contenção de realização de novas operações de crédito dado o atingimento do limite endividamento consignado na LRF.

Embora a execução orçamentária acumulada até o segundo quadrimestre aponte Resultado Orçamentário superavitário de R\$ 1.045,61 milhões, em relação à meta estipulada para o período que considera somente a dotação disponível, é importante, diante da forte crise fiscal vivenciada pelo Estado, ir além de uma visão orçamentária. O valor apontado como superávit é insuficiente para pagar os salários devidos aos servidores ativos e inativos e saldar compromissos do exercício com fornecedores.

Essa assertiva vale também para as Receitas Correntes que somaram R\$ 40.136,26 milhões enquanto as Despesas Correntes R\$ 38.890,84 milhões, demonstrando aparente superávit corrente de R\$ 833,07 milhões. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 802,97 milhões enquanto as Receitas de Capital, R\$ 961,28 milhões, registrando superávit acumulado de capital de R\$ 158,31 milhões.

Da mesma forma, a análise do Resultado Primário, presente também no item III, considera valores líquidos da receita.

O Resultado Primário acumulado também foi aparentemente superavitário em R\$ 1.764,06 milhões, variação positiva de 226,7% em relação a 2016. Esse superávit é justificado em parte, pelo incremento da Receita Primária que superou os 9% de crescimento nominal, mas também fortemente influenciado pelo desequilíbrio da execução da despesa. A real situação fiscal do Estado será refletida quando da apuração anual desses importantes indicadores.

As despesas do ERJ para o exercício 2017 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,71 bilhões, dos quais R\$ 17,46 bilhões permaneceram contingenciados para evitar execução de despesas acima da expectativa de receita do exercício.

Até o 2º quadrimestre do ano, a dotação autorizada foi suplementada em R\$ 3,35 bilhões (acréscimo de 4,3% da Dotação Inicial) principalmente em razão de aumento dos valores de Despesa Intraorçamentárias destinadas a Função Previdência.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 30,83 bilhões no Poder Executivo e R\$ 3,87 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 34,70 bilhões, excluídas as Despesas Intraorçamentárias e as empresas

públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 1,24% menor que o verificado no mesmo período de 2016.

As Despesas Correntes do ERJ liquidadas até o momento indicaram diminuição de 6% ante 2016. Foram R\$ 33,7 bilhões até o segundo quadrimestre. O grupo de Pessoal executou R\$ 23,89 milhões, redução de 0,7%. Já o grupo de Outras Despesas Correntes apresentou R\$ 9,02 bilhões em despesas liquidadas, aumento de 21,9% frente os dados do mesmo período de 2016. A elevação de execução neste grupo de despesa ocorreu devido alteração contábil decorrente de determinações do TCE-RJ e conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

No aspecto dos índices constitucionais, todos os índices, excetuando a FAPERJ, sofreram quedas quando comparados aos indicadores do último exercício. A restrição financeira leva o Estado a reduzir o ritmo de execução orçamentária.

EXECUTIVE SUMMARY

Rio de Janeiro state grew by 9.9% (+ R\$ 4,594.68 million) over the target, according to the expectation of revenue for the year 2017. Current Revenues presented cumulative variation above the target in 12.3% (+ R\$ 5,495.81 million). The Asset Revenues - given the behavior of oil revenues, derived from the increase in production and the price of Brent in the international market - and the Intra-Budgetary Revenues - due to the regularization of the employer's contributions passed on to RIOPREVIDÊNCIA and for the offset of credits by the State - were the responsible for such overcoming.

Capital Revenues were below the cumulative goal defined for the period, with a decrease of 48.3%, due to the end of the cycle of major projects and investments by the ERJ and its respective credit operations. It is important to cite containment of new credit operations given the attainment of the indebtedness limit established in the FRL.

The Budget Result closed with a cumulative surplus of R\$ 1,045.61 million, a result that considers only the net revenues, ie discounting the transfers to municipalities and FUNDEB. Current Revenues totaled R\$ 40,136.26 million while Current Expenses R\$ 38,890.84 million, resulting in a current surplus of R\$ 833.07 million. Capital Expenses totaled R\$ 802.97 million while Capital Revenues totaled R\$ 961.28 million, presenting an accumulated capital surplus of R\$ 158.31 million.

Likewise, the analysis of the Primary Result, also present in item III, considers net amounts of revenue.

The cumulative Primary Result was a surplus of R\$ 1,764.06 million, an increase of 226.7% compared to 2016. This surplus is mainly explained by the increase in Primary Revenue that exceeded 9% of nominal growth, a fact sponsored by the performance in the collection of Government Participation Revenue and Extraordinary Revenue in the considered period. Revenue collection dictates the pace of budget execution, but the increase in revenue is not yet strong enough to avoid new annual budget constraints.

The ERJ expenses for 2017 were set in the State Budget Law in R \$ 77.71 billion, of which R\$ 17.46 billion remained contingent by measure of extreme necessity due to the current economic situation of the State and the Federation.

Until the second quarter of the year, the authorized endowment was supplemented by R\$ 3.35 billion (4.3% increase in the Initial Allowance) mainly due to the increase in Intra-Budget Expenditures destined to the Pension Fund Function.

In terms of execution, R\$ 30.83 billion were paid to the Executive Branch and R\$ 3.87 billion to Other Branches, totaling R\$ 34.70 billion, excluding Intra-Budget Expenditures and independent public companies (CEDAE and the Official Press) . This amount is 1.24% lower than in the same period of 2016.

The ERJ Current Expenses settled so far indicated a decrease of 6% compared to 2016. They were R\$ 33.7 billion until the second four-month period. The Personnel group executed R\$ 23.89 million, a decrease of 0.7%. The Other Current Expenses group presented R\$ 9.02 billion in settled expenses, an increase of 21.9% compared to the same period in 2016. The increase in the execution of this expense group occurred due to the accounting alteration resulting from determinations by the TCE -RJ and compliance with the Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector.



In the aspect of the constitutional indexes, all of them, except for FAPERJ, showed decreases when compared to the same period of the last year. The financial restriction obliges the State to reduce the rhythm (Treasure capacity) of Budget Law.

I. Economic Outlook

I.I Brazil and Rio de Janeiro.

In the first quarter of 2017, Brazil's Gross Domestic Product (GDP) grew 0.2% compared to the first quarter of 2017 (seasonally adjusted), the second positive result in this comparison after eight consecutive quarters of decline. Over the same period of 2016, GDP increased by 0.3%, the first increase since the first quarter of 2014.

Above the expected average by the market, the GDP outcome in the second quarter over the immediately previous one was mainly driven by Trade on the supply side, with a high of 1.9%; and on the demand side by household consumption, with an increase of 1.4%. These results are the consequence of an increase in the national average nominal income, concomitant with the drop in unemployment, the increase in real income (due to the strong fall in inflation), the resources released from the FGTS and the drop in interest rates in the economy. However, the low GDP variation in the second quarter (+0.2%) still shows a very gradual increase, especially when we analyzed the stability of the Manufacturing Industry in the second quarter (+0.1%), the fall in Construction (-2.0%) and, mainly, another negative change in the main investment indicator, Gross Fixed Capital Formation (-0.7%). With this result, which reached 14 negative results in the last 15 quarters in this comparison, the share of investment in GDP reached its lowest historical level (15.5% of GDP). In this sense, market forecasts for GDP at the end of 2017 and 2018 are, respectively, +0.72% and +2.50%ⁱ.

The National Extended Consumer Price Index (IPCA) rose by 0.16% in September, slightly below August 2017 (+0.19%) and mainly driven by the Transportation segment (with a strong influence of fuels). With the intensification of this process of deceleration of inflation since the end of 2016, the result accumulated between January and September 2017 reached +1.78%, much lower than in the same period of 2016 (+5.51%) and the lowest variation recorded for the period since September 1998 (+1.42%). Considering the last 12 months in September, the index reached 2.54%, constituting the lowest rate in 12 months since February 1999 (+2.24%). Market expectations for the IPCA at the end of 2017 and 2018 are respectively +3.00% and +4.02%ⁱⁱ.

More recent IBGE data from the traditional economic sectors, such as Manufacturing, Retailing and Services, both for Brazil and the state of Rio de Janeiro, suggest a particular situation: a stronger recovery between the 4th quarter of 2016 and the first quarter of 2017 in the ERJ in relation to Brazil is more related to a weaker comparison base in Rio than a relatively sustained recovery in fact. If the crisis hit the state more strongly in 2016, it is "natural" for a slightly better recovery at the margin. More recent data from all three traditional and unemployment sectors indicate a further slowdown in the state as of the second quarter of 2017.

In August, Industrial Production in Brazil recorded a fall of 0.8% compared to July (seasonally adjusted), the first after 4 months of increases in this comparison. This result was influenced both by the performance of the Extractive Industry (-1.1%) and by the Manufacturing Industry (0.0%), the worst result since March 2017. In the comparison without seasonal adjustment, in August 2017 against the same month of the previous year, Manufacturing Industry grew by 4.2%. In ERJ, the Manufacturing Industry grew by only 0.1% (after a very strong fall in July, 9.9%), and considering a worse moment in Rio in 2016. With the negative influence of recent months, the production in the year up to August, over the same period in 2016, is lower

in the ERJ compared to the national average (0.0% and + 0.8%, respectively), even considering a lower comparison in 2016. In the ERJ, positive highlights in the year for export-oriented segments (vehicle manufacturing and metallurgy) and negatives for manufacturing other chemicals and manufacturing of food products.

The sector that has been leading the resumption of GDP growth in the country, the Retail Trade (Expanded) recorded in August (+ 0.1%) the third consecutive positive result in comparison with the immediately preceding month, seasonally adjusted. In the series without adjustment, the result of August, over the same month of 2016, reached 4th consecutive increase (+7.6%). In the ERJ, the 5th consecutive increase in August (+7.0%). However, it should be taken into account that the basis of comparison in 2016 is lower in Rio, which influences the isolated good positive results from vehicles and motorcycles and construction material throughout 2017. Without these two segments that retreated more in the ERJ in 2016 and leveraged the result in 2017, that is, considering only the result of the restricted retail trade, the results in the accumulated annual until August in Brazil and ERJ are respectively +0.7% and -2.6 %. In Rio, negative highlight for hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco.

Unlike the industrial and commercial sector, which already showed signs of recovery in 2017, the Services sector is still very affected by the crisis, especially in the ERJ. It fell again in August compared to July in the country (-1.0%). In the comparison with the same month of 2016, results in Brazil and ERJ were, respectively,

-2.4% and -11.6%. In the accumulated between January and August 2017, in relation to the same period of 2016, the results in the country and ERJ were, respectively, -3.8% and -10.1%. In the process of free fall in Rio since the end of the Olympics, the services sector, excluding the 'other services' segment, recorded falls over the national data accumulated in all other segments of the sector, with highlights for 'services rendered to the families' and 'transport, ancillary services to transport and mail'.

Finally, and in line with the situations described above, the unemployment and income data of the IBGE continuous PNAD show exactly how the Brazilian economy has been recovering due to Retail Trade, as well as showing the reverse situation in the ERJ case. While the unemployment rate fell in Brazil between the first quarter (13.7%) and the second quarter (13.0%) in 2017, it registered a new increase in Rio between the two quarters (14.5% and 15.6% %, respectively), in addition to being much higher than the national data. Compared with the same quarter of 2016 and in relation to the first quarter of 2017, the ERJ recorded the highest variations in the unemployment rate in all the states of the country and DF, except for Pernambuco. He also recorded in Rio, also in the two comparisons, the largest increases in employment in self-employment of all states and DF, this time without exception. This suggests an alarming fact: fewer formal jobs and more informal jobs in the ERJ compared to the rest of the country. With the increase in informality in Rio, another important indicator of activity recovery is also compromised: in the second quarter of 2017, in relation to the same period in 2016, the average real income of the main job grew 3% in Brazil. In the ERJ, there was a decrease of 5%. The recent data on unemployment and income explain, to a large extent, the contrary movements of several economic segments in Brazil and in the State of Rio de Janeiro.

I. Panorama Econômico

I.I O Brasil e Rio de Janeiro.

No 2º trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,2% em relação ao 1º trimestre de 2017 (com ajuste sazonal), a segunda alta seguida nessa comparação após oito trimestres seguidos de variações negativas. Na comparação com o 2º trimestre de 2016, o PIB avançou 0,3%, a primeira alta desde o 1º trimestre de 2014.

Acima da média esperada pelo mercado, o resultado do PIB no 2º trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior foi puxado, principalmente: pelo comércio no lado da oferta, com alta de 1,9%; e no lado da demanda pelo consumo das famílias, com variação de 1,4%. Estes resultados são fruto do aumento da renda nominal média nacional concomitante à queda do desemprego, do aumento da renda real (a partir da queda forte da inflação), dos recursos liberados do FGTS e da queda da taxa de juros na economia. No entanto, a baixa variação do PIB no 2º trimestre (+0,2%) ainda mostra um avanço muito gradual, especialmente quando analisamos em conjunto a estabilidade da indústria de transformação no 2º trimestre (+0,1%), a queda da construção civil (-2,0%) e, principalmente, outra variação negativa no principal indicador de investimentos, a formação bruta de capital fixo (-0,7%). Com esse resultado, que chegou a 14 resultados negativos nos últimos 15 trimestres nessa comparação, a taxa de participação dos investimentos sobre o PIB chegou ao seu menor nível histórico (15,5% do PIB). Nesse sentido, as previsões de mercado para o PIB ao término de 2017 e 2018 são de, respectivamente, +0,72% e +2,50%ⁱⁱⁱ. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,16% em setembro, um pouco abaixo do mês de agosto de 2017 (+0,19%) e puxado, principalmente, pelo segmento de transportes (com forte influência dos combustíveis). Com a intensificação desse processo de desaceleração da inflação desde o final de 2016, o resultado no acumulado entre janeiro e setembro de 2017 chegou a +1,78%, bem inferior ao verificado no mesmo período de 2016 (+5,51 %) e a menor variação registrada para o período desde setembro de 1998 (+1,42%). Considerando os últimos 12 meses em setembro, o índice chegou a 2,54%, constituindo-se na menor taxa em 12 meses desde fevereiro de 1999 (+2,24%). Expectativas de mercado para o IPCA ao final de 2017 e 2018 são de, respectivamente, +3,00% e +4,02%^{iv}.

Dados mais recentes do IBGE de setores econômicos tradicionais, como a indústria transformação, comércio varejista e serviços, tanto para o Brasil quanto para o estado do Rio de Janeiro, sugerem uma situação particular: uma recuperação mais forte entre o 4º trimestre de 2016 e o 1º trimestre de 2017 no ERJ em relação ao Brasil está mais relacionada a uma base de comparação mais fraca no Rio que uma recuperação relativamente sustentada de fato. Se a crise atingiu mais fortemente o estado em 2016, é “natural” uma recuperação um pouco melhor na margem. Dados mais recentes de todos os três setores tradicionais e de desemprego indicam uma nova desaceleração no estado a partir do 2º quadrimestre de 2017.

A produção industrial no Brasil registrou, em agosto, uma queda de 0,8% em relação a julho (com ajuste sazonal), a primeira após 4 meses de alta nessa comparação. Este resultado foi influenciado tanto pelo desempenho da indústria extrativa (-1,1%) quanto da indústria de transformação (0,0%), o pior resultado desde março de 2017. Na comparação sem ajuste sazonal, em agosto de 2017 contra o mesmo mês do ano anterior, a indústria de transformação cresceu 4,2%. No ERJ, a indústria de transformação cresceu apenas 0,1% (depois de uma queda muito forte em julho, de 9,9%), e isso considerando um momento pior

no Rio em 2016. Com a influência negativa dos últimos meses, a produção da indústria de transformação acumulada no ano até agosto, em relação ao mesmo período de 2016, está menor no ERJ em relação à média nacional (0,0% e +0,8%, respectivamente), mesmo considerando-se uma base de comparação mais baixa em 2016. No ERJ, destaques positivos no ano para os segmentos voltados para a exportação (fabricação de veículos e metalurgia) e negativos para fabricação de outros produtos químicos e fabricação de produtos alimentícios.

Setor que vem liderando a retomada do crescimento do PIB no país, o comércio varejista (ampliado) registrou em agosto (+0,1%) o 3º resultado positivo consecutivo na comparação com o mês imediatamente anterior, realizado o ajuste sazonal. Na série sem ajuste, o resultado de agosto, comparado com o mesmo mês de 2016, chegou a 4ª alta seguida (+7,6%). No ERJ, a 5ª alta seguida nessa comparação em agosto (+7,0%). No entanto, deve ser levado em consideração o fato de a base de comparação em 2016 ser mais baixa no Rio, o que influencia os bons resultados positivos isolados de veículos e motocicletas e material de construção ao longo de 2017. Sem esses dois segmentos que mais afundaram no ERJ em 2016 e alavancaram o resultado em 2017, isto é, considerando apenas o resultado do comércio varejista restrito, os resultados no acumulado anual até agosto no Brasil e ERJ são de, respectivamente, +0,7% e -2,6%. No Rio, destaque negativo para hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Diferentemente do setor industrial e de comércio, que já deram sinais de recuperação em 2017, o setor de serviços ainda segue muito afetado pela crise, especialmente no ERJ. Voltou a cair em agosto na comparação com julho no país (-1,0%). Na comparação com o mesmo mês de 2016, resultados no Brasil e ERJ, de, respectivamente, -2,4% e -11,6%. No acumulado entre janeiro e agosto de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, registros no país e ERJ de, respectivamente, -3,8% e -10,1%. Em processo de queda livre no Rio desde o fim das Olimpíadas, o setor de serviços, excluindo o segmento 'outros serviços', registrou quedas superiores ao dado nacional no acumulado anual em todos os outros segmentos do setor, com destaques para 'serviços prestados às famílias' e 'transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio'.

Por último, e corroborando as situações descritas acima, os dados de desemprego e renda da PNAD contínua do IBGE mostram exatamente como a economia brasileira vem se recuperando a partir do comércio varejista, a partir de variações positivas no emprego e na renda, assim como mostra a situação inversa no caso do ERJ. Enquanto a taxa de desemprego registrou queda no Brasil entre o 1º trimestre (13,7%) e o 2º trimestre (13,0%) de 2017, registrou nova alta no Rio entre os dois trimestres (14,5% e 15,6%, respectivamente), além de ser bastante superior ao dado nacional. Tanto na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quanto em relação ao 1º de 2017, o ERJ registrou as maiores variações na taxa de desemprego de todos os estados do país e DF, exceto Pernambuco. Registrou também no Rio, também nas duas comparações, os maiores incrementos na ocupação no trabalho por conta própria de todos os estados e DF, desta vez sem exceção. Isto sugere um dado alarmante: menos trabalhos formais e mais trabalhos informais no ERJ em relação ao restante do país. Com o aumento da informalidade no Rio, outro indicador importante de recuperação de atividade também fica comprometido: no 2º trimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, a renda média real do trabalho principal cresceu 3% no Brasil. No ERJ, houve queda de 5%. Os dados recentes de desemprego e renda explicam, em grande parte, os movimentos contrários de diversos segmentos econômicos no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.

II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas de arrecadação para o 2º quadrimestre de 2017, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 13 de 15 de fevereiro de 2017, que considera a Receita Bruta arrecadada no período, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 4.875,18.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 24.889,76 milhões / 108,7% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 51.212,91 milhões / 109,9% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	21.840,36	24.791,65	113,5%	44.753,91	50.249,72	112,3%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	1.055,56	98,11	9,3%	1.864,31	963,18	51,7%
TOTAL	22.895,92	24.889,76	108,7%	46.618,22	51.212,91	109,9%

Fonte: SIAFERIO - 05/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

Mesmo diante da crise econômica, fiscal e política que se instalou no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro desde o final de 2014, e que perdura até o presente momento, a Administração continua empreendendo esforços na tentativa de estabilizar a situação fiscal do Estado, que será viável nos próximos seis anos, em função da assinatura do Regime de Recuperação Fiscal com o Governo Federal, homologado no dia 06 de setembro de 2017, o qual permitirá que a dívida do Estado com a União fique suspensa pelo período de três anos, medida fundamental para a recuperação das finanças Fluminense. Colocar

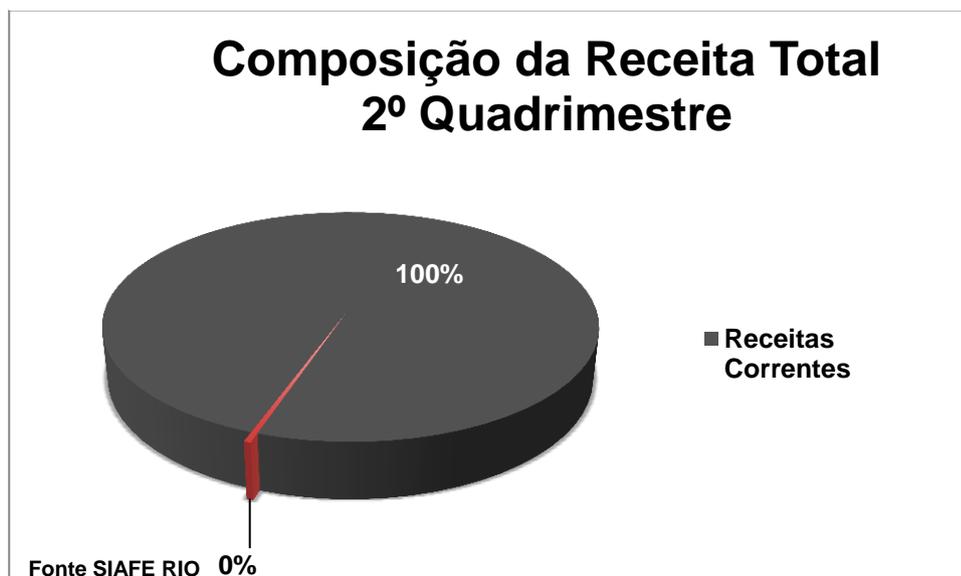
A receita total realizada, no 2º quadrimestre de 2017 atingiu 108,7% da meta e somou o montante de \$ 24.889,76 milhões.

quando q foi assinado o acordo, segundo o decreto tal, que irá viabilizar a melhora do estado.

A Receita Realizada, no 2º quadrimestre de 2017, atingiu R\$ 24.889,76 milhões, valor 8,7% superior à meta prevista para o período; em valores absolutos R\$ 1.993,85 milhões.

As Receitas Correntes registraram no período o montante de R\$ 24.791,65, atingindo 113,5% da meta determinada. Este valor foi influenciado fortemente pelas Receitas Patrimoniais, de Contribuição e Intraorçamentárias, como será detalhado mais adiante. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 98,11 milhões apenas 9,3% do previsto para o quadrimestre. Tal fato ocorreu devido ao término das operações de crédito utilizadas para financiar os investimentos que chegaram ao final do ciclo devido ao final dos grandes eventos (copa do mundo de futebol e jogos olímpicos) e o ajustamento destes à atual realidade financeira do ERJ. O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Bem como a Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente ou Capital. O Gráfico 2 mostra a respectiva participação das receitas correntes cada uma delas. Já o Gráfico 3 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

Gráfico 1



No acumulado, até agosto, a receita total realizada alcançou 109,9% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 51.212,91 milhões. A superação da meta da receita prevista para o período ocorreu devido ao desempenho das Receitas Correntes as quais atingiram 112,3% da meta



prevista para o período, em valores absolutos, R\$ 50.249,72 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 963,18, o que corresponde a 51,7% da meta estabelecida para o período.

- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 24.791,65 milhões / 113,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 50.249,72 milhões / 112,3% da meta realizada.

Tabela 2

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECETAS CORRENTES (1)	21.840,36	24.791,65	113,5%	44.753,91	50.249,72	112,3%
TRIBUTÁRIA	14.532,35	14.639,54	100,7%	30.833,33	31.499,47	102,2%
CONTRIBUIÇÕES	689,70	922,38	133,7%	1.374,96	1.478,04	107,5%
PATRIMONIAL	2.237,98	4.616,20	206,3%	3.770,15	6.818,48	180,9%
AGROPECUÁRIA	0,10	0,01	8,6%	0,20	0,02	7,6%
INDUSTRIAL	69,97	36,62	52,3%	139,95	60,49	43,2%
SERVIÇOS	136,25	120,79	88,7%	261,41	213,48	81,7%
TRANSF. CORRENTES	2.088,24	1.962,46	94,0%	4.239,11	4.071,18	96,0%
OUTRAS	768,00	600,17	78,1%	1.499,78	1.471,11	98,1%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.317,77	1.893,48	143,7%	2.635,03	4.637,46	176,0%

Fonte: SIAFERIO - 05/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

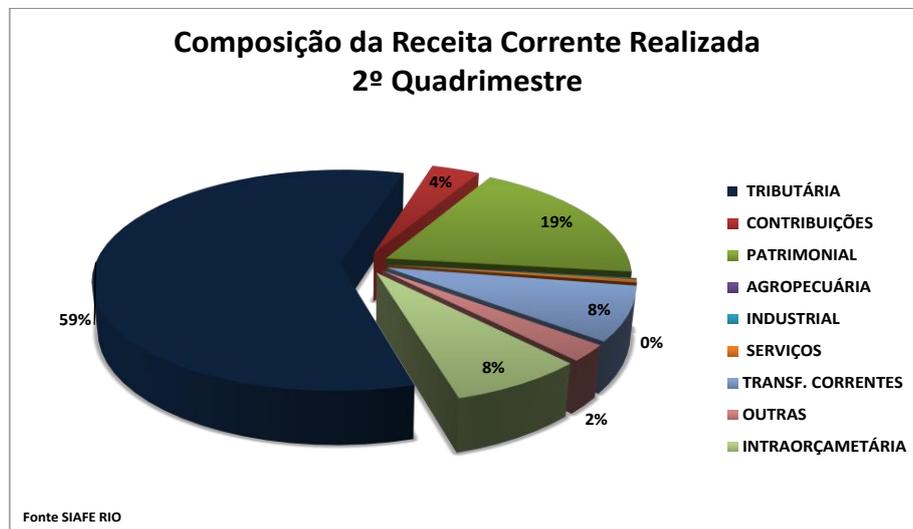
(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No âmbito das Receitas Correntes, no quadrimestre, cabe observar o desempenho das Receitas Patrimonial, Intraorçamentária e de Contribuições, como dito inicialmente. A primeira totalizou R\$ 4.616,20 milhões, 206,3% da meta estabelecida. Este resultado se deu por conta do aumento da produção de petróleo e do preço do Brent no mercado internacional (vide Tabela 13 desse boletim) no valor de R\$ 1.406,66 milhões e da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos de pessoal para o Bradesco R\$ 1.319,17 milhões.

As Receitas Intraorçamentárias registraram R\$ 1.893,48 milhões, 143,7% da meta, em função da regularização, no mês de agosto, de Contribuições Patronais postergadas, repassadas ao RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 746,51 milhões e de R\$ 250 milhões pela compensação de créditos tributários devidos à Autarquia pelo Estado, nos termos dos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005, atendendo Determinação do Tribunal de Contas do Estado.

Já as Receitas de Contribuições somaram R\$ 922,38 milhões no período, alcançando 133,7% do previsto. Este resultado ocorreu pelo mesmo motivo citado nas Contribuições Patrimoniais, ou seja, regularização de Contribuições Postergadas anteriormente. Mais

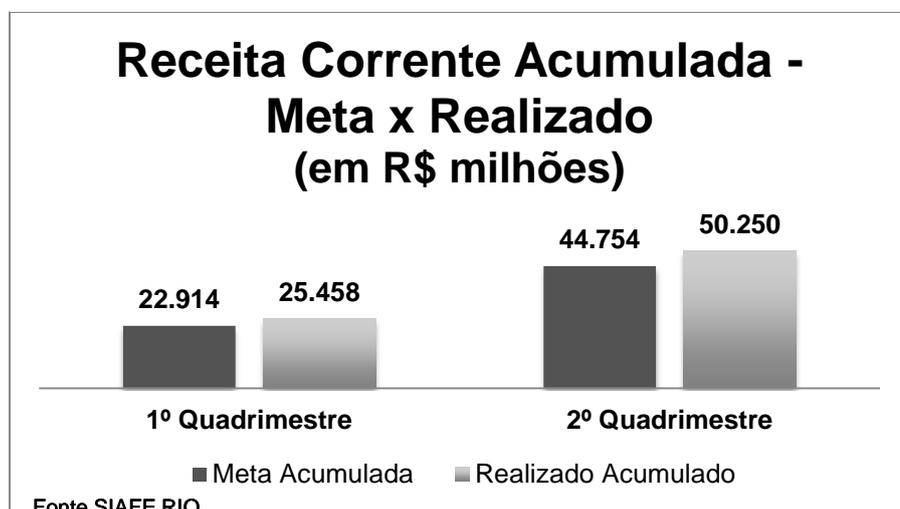
Gráfico 2



informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim.

Com relação ao resultado acumulado no período de janeiro a agosto/2017, as receitas correntes totalizaram R\$ 50.249,72 milhões, o que equivale a 112,3% da meta estipulada. Este resultado foi alcançado devido às Receitas Patrimonial e Intraorçamentária, que excederam a meta em 80,9% e 76% respectivamente. Como mencionado anteriormente, as Receitas Patrimoniais foram impulsionadas por fatores ligados ao petróleo e as Intraorçamentárias pela compensação de créditos tributários determinados pelo TCE.

Gráfico 3



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 98,11 milhões / 9,3% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 963,18 milhões / 51,7% da meta realizada.

Tabela 3
METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2017.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2017	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2017	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	1.055,56	98,11	9,3%	1.864,31	963,18	51,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	617,11	56,62	9,2%	1.234,22	81,92	6,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	267,24	0,21	0,1%	272,84	75,38	27,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	18,86	31,83	168,8%	36,96	163,09	441,3%
TRANSF. CAPITAL	152,35	8,94	5,9%	320,29	20,76	6,5%
OUTRAS	0,00	0,00	-	0,00	620,12	-
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,51	-	0,00	1,90	-

Fonte: SIAFERIO - 05/06/2017.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

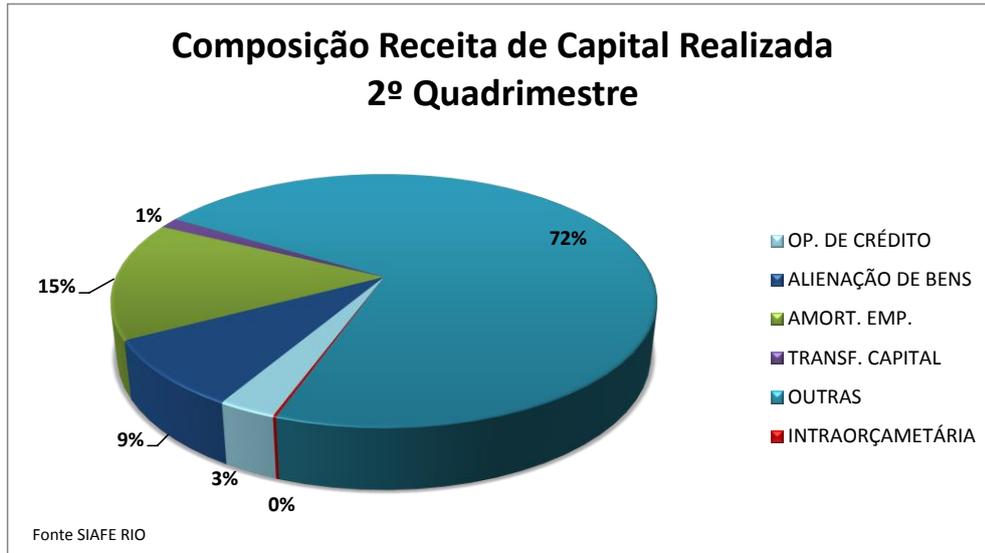
No 2º quadrimestre de 2017, as Receitas de Capital realizaram 9,3% da meta estimada para o período. Em valores absolutos representa R\$ 98,11 milhões.

O resultado apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, devido ao final do ciclo de grandes obras e investimentos por parte do ERJ para a realização dos grandes eventos no Estado (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) e, conseqüentemente, o fim do desembolso das operações de crédito que financiavam estes investimentos.

A partir do Gráfico 4, é possível visualizar o detalhamento da Receita de Capital por origem e, também, a participação de cada uma delas no realizado. Já o Gráfico 5 demonstra a evolução da Receita de Capital acumulada no dois quadrimestres de 2017.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 98,11 milhões no 2º quadrimestre 2017, o que representa 9,3% da meta proposta.

Gráfico 4



O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 963,18 milhões, 51,7% da meta do período. O desempenho das Receitas de Capital, aquém da meta estipulada, está diretamente ligado ao fim das grandes obras no ERJ, como já mencionado anteriormente.

Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 5



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 38,35 bilhões / 14,5%¹

Até este segundo quadrimestre, a dotação autorizada foi suplementada em R\$ 793,80 milhões² (aumento de 1,1%), desconsideradas as Despesas Intraorçamentárias. Esse incremento decorre basicamente de incorporação de superávit financeiro de recursos vinculados a convênios e de recursos próprios de Fundos Especiais (PGE e DPGE).

Do orçamento autorizado (R\$ 74,08 bilhões), R\$ 16,72 bilhões permaneceram contingenciados (22,6%). Em relação ao contingenciamento inicial (R\$21,4 bilhões), R\$ 4,7 bilhões foram adicionados à dotação disponível. A Tabela 4 sintetiza os dados apresentados.

Para o segundo quadrimestre do ano, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 14 de 2017), foi de R\$ 33,50 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 38,35 bilhões) mostrou-se acima da estimada: uma variação de 14,5% que representa uma execução a maior de R\$ 4,85 bilhões.

Do total pago até agosto, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior. Do montante inscrito (estoque de R\$ 9,41 bilhões), 33,7% foram pagos (R\$ 3,17 bilhões). Esse valor correspondeu a aproximadamente 8,3% do total de despesa executada até o segundo quadrimestre, demonstrado na Tabela 5.

Tabela 4 – LOA 2º Quadrimestre 2017

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
2º QUADRIMESTRE			
DOTAÇÃO	INICIAL	73.288.760.168	-
	ATUAL	74.082.562.335	1,1%
	DISPONÍVEL	57.366.285.336	77,4%
CONTINGENCIADO		16.716.276.999	22,6%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA*		793.802.167	-
EXPANSÃO INTRAORÇAMENTÁRIA		2.553.998.053	-
TOTAL GERAL**		3.347.800.220	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Expansão Orçamentária incluindo as despesas intra-orçamentárias

A arrecadação de receita dita o ritmo da execução orçamentária. A frustração das receitas previstas acarreta em novos contingenciamentos do orçamento anual.

Tabela 5 – Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				
2º QUADRIMESTRE				
METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2016 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	Variação %
33.500	35.185	3.169	38.353	14,5%
33.500	35.185	3.169	38.353	14,5%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 14 de 15/2/2017.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2016.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).

¹ As informações representam: a execução até o quadrimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

² Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

III. Resultados Fiscais³

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

De acordo com a Lei 7.514 de 17/01/2017, a Receita Bruta para o exercício de 2017 está estimada em R\$ 75.559,41 milhões, aí incluídos R\$ 17.204,24 milhões referentes às transferências aos Municípios e FUNDEB. Logo, a Receita Líquida disponível é de R\$ 58.355,17 para financiar despesas fixadas em R\$ 77.710,15 milhões, apontando para um déficit financeiro estimado em R\$ 19.354,98. Esta análise confere transparência à forte frustração de Receita enfrentada pelo ERJ desde 2015, em evidente descompasso com as necessidades de financiamento requeridas pelo Estado.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: R\$ 1.126,93 milhões / 7,9%

Acumulado: R\$ 1.045,611 milhões / 134,7%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016 - 2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
I. RECEITA TOTAL (A)	19.551,68	19.991,29	2,2%	35.509,97	40.136,26	13,0%
I.1 RECETA CORRENTE	17.788,23	17.999,69	1,2%	32.400,57	34.535,62	6,6%
I.2 RECETA DE CAPITAL	156,86	97,60	-37,8%	1.073,24	961,28	-10,4%
I.3 RECETA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.606,59	1.893,99	17,9%	2.036,15	4.639,36	127,9%
II. DESPESA TOTAL (B)	18.507,42	18.823,80	1,7%	38.524,04	38.890,84	1,0%
II.1 DESPESA CORRENTE	15.857,16	16.881,13	6,5%	33.066,64	33.702,55	1,9%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.417,79	369,61	-73,9%	3.075,23	802,97	-73,9%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.232,46	1.573,06	27,6%	2.382,17	4.385,32	84,1%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	-	40,56	-	-	199,82	-
RES. ORÇAMENTÁRIO	1.044,26	1.126,93	7,9%	-3.014,08	1.045,611	134,7%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2017 emitido em 20/09/2017

³ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2017, foi positivo em R\$ 1.126,93 milhões, superior quando comparado ao mesmo período de 2016. Este resultado é fruto do esforço fiscal efetuado pelo ERJ no intuito de vencer a forte crise que o acometeu nos últimos 3 anos. Cabe observar o rigoroso controle do Caixa, medida fundamental para cumprir o pagamento da folha de pessoal de áreas estratégicas, prioridade Governamental, tendo em vista os frequentes arrestos e bloqueios judiciais sofridos no decorrer do último ano.

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 1.126,93 milhões.

As receitas, no quadrimestre, totalizaram R\$ 19.991,29 milhões 2,2% superior comparando-a ao 2º quadrimestre de 2016. A despesa foi de R\$ 18.823,80 milhões, 1,7% superior ao alcançado no 2º quadrimestre do ano anterior. As Receitas Correntes realizaram R\$ 17.999,69 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.881,13 milhões, gerando um superávit corrente de R\$ 1.117,57 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 97,60 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 369,61 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 272,01 milhões.

No acumulado de 2017, o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 1.045,61, 134,7% superior comparado ao mesmo período do ano anterior. As receitas correntes realizaram R\$ 34.535,62 milhões, enquanto as despesas correntes R\$ 33.702,55 milhões, resultando um superávit corrente de R\$ 833,07 milhões. Já as receitas de capital somaram R\$ 961,28 milhões e as respectivas despesas totalizaram R\$ 802,97 milhões, levando a um superávit de capital de R\$ 158,31 milhões.

III.II Resultado Primário

2º Quadrimestre: R\$ 1.658,29 milhões / -19,9%

Acumulado: R\$ 1.764,06 milhões / 226,7%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2016-2017

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECETAS TOTAL	19.551,68	19.991,29	2,2%	35.509,97	40.136,26	13,0%
RECETAS FINANCEIRAS	384,08	211,53	-44,9%	1.512,19	577,50	-61,8%
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.606,59	1.893,99	17,9%	2.036,15	4.639,36	127,9%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	17.561,01	17.885,76	1,8%	31.961,62	34.919,40	9,3%
DESPESAS TOTAL	18.507,42	18.864,36	1,9%	38.524,04	39.090,65	1,5%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.785,47	1.063,82	-40,4%	2.788,08	1.549,99	-44,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.232,46	1.573,06	27,6%	2.382,17	4.385,32	84,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	15.489,49	16.227,48	4,8%	33.353,79	33.155,34	-0,6%
RESULTADO PRIMÁRIO	2.071,52	1.658,29	-19,9%	-1.392,17	1.764,06	226,7%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2017 emitido em 20/09/2017

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida).

No 2º quadrimestre, o resultado primário foi positivo. A receita primária foi superior a despesa primária em R\$ 1.658,29 milhões. Em relação a 2016, observa-se uma variação negativa de 19,9% no mesmo período, consequência da redução dos investimentos e postergação do pagamento da dívida com o Governo Federal. As receitas primárias totais atingiram R\$ 17.885,76 milhões, enquanto as despesas primárias R\$ 16.227,48 milhões.

No acumulado, o resultado primário foi superavitário em R\$ 1.764,06 milhões, com uma variação positiva de 226,7% frente a 2016. As receitas primárias totais somaram R\$ 34.919,40 enquanto as despesas primárias totais R\$ 33.155,34.

Vale observar também que o resultado primário positivo, não reflete o desequilíbrio fiscal vivenciado pelo Estado. Os desembolsos financeiros das Operações de Crédito contratadas não têm sido realizados de acordo com os cronogramas pactuados, uma vez que o indicador Dívida Consolidada X RCL, no 3º quadrimestre de 2016, ultrapassou os 200% permitidos pela LRF, o que exige adoção de medidas para de curto prazo para reconduzir a Dívida ao patamar permitido. Consequentemente, o



montante arrecadado de Receitas Financeiras é menor, o que reflete diretamente no volume de investimentos por ela financiados.

IV. Receita Estadual⁴

Quadrimestre: R\$ 24.889,76 milhões / - 1,1%⁵

Acumulado: R\$ 514.212,91 milhões / + 7,7%

Tabela 8

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Total	25.169,62	24.889,76	-1,1%	47.548,63	51.212,91	7,7%
REC. CORRENTE	23.406,17	22.898,17	-2,2%	44.439,23	45.612,26	2,6%
REC. CAPITAL	156,86	97,60	-37,8%	1.073,24	961,28	-10,4%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.606,59	1.893,99	17,9%	2.036,15	4.639,36	127,9%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

A Tabela 8 demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no segundo quadrimestre de 2017 - R\$ 24.889,76 milhões - representando decréscimo de R\$ 279,86 milhões (- 1,1%), dadas as variações negativas da Receita Corrente e na Receita de Capital.

No acumulado, o desempenho foi positivo, apresentando acréscimo de R\$ 3.664,28 milhões (+ 7,7%), atingindo o montante de R\$ 51.212,91 milhões. Tal desempenho foi sustentado pelos acréscimos da Receita Corrente (+ R\$ 1.173,02 milhões; + 2,6%) e da Receita Intraorçamentária (+ R\$ 2.603,22 milhões; + 127,4%).

No 2º quadrimestre de 2017, a Receitas Corrente e de Capital apresentaram decréscimos de R\$ 508,00 milhões (- 2,2%) e R\$ 59,26 milhões (- 37,8%) respectivamente, porém, o resultado acumulado cresceu 7,7% (+ R\$ 3.664,28 milhões).

⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁵ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes
Quadrimestre: R\$ 22.898,17 milhões / -2,2%
Acumulado: R\$ 45.612,26 milhões / + 2,6%
Tabela 9
RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
REC. CORRENTE	23.406,17	22.898,17	-2,2%	44.439,23	45.612,26	2,6%
TRIBUTÁRIA	14.746,36	14.639,54	-0,7%	30.719,31	31.499,47	2,5%
CONTRIBUIÇÕES	848,60	922,38	8,7%	1.030,88	1.478,04	43,4%
PATRIMONIAL	2.016,31	4.616,20	128,9%	3.405,73	6.818,48	100,2%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	8,3%	0,01	0,02	3,6%
INDUSTRIAL	11,90	36,62	207,7%	60,99	60,49	-0,8%
DE SERVIÇOS	143,37	120,79	-15,7%	241,89	213,48	-11,7%
TRANSF. CORRENTES	4.918,42	1.962,46	-60,1%	7.106,98	4.071,18	-42,7%
OUTRAS CORRENTES	721,21	600,17	-16,8%	1.873,44	1.471,11	-21,5%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

Reflexo do conturbado cenário econômico atual, os valores discriminados na Tabela 9 evidenciam variações nas rubricas de Receita Correntes. Os decréscimos nas Transferências Correntes (- R\$ 2.955,96 milhões; - 60,1%) e, em menor proporção, na Receita Tributária (- R\$ 106,81 milhões; - 0,7%) frearam a variação nominal da Receita Corrente no segundo quadrimestre.

O resultado acumulado foi positivo (+2,6%), totalizando R\$ 45.612,26 milhões. O grupo Transferências Correntes destacou-se como o principal influenciador negativo no resultado (- 42,7%; - R\$ 3.035,80 milhões), sendo compensado pelos bons resultados das Receitas Patrimoniais (+ R\$ 3.412,75 milhões; + 100,2%), Tributárias (+ R\$ 780,16 milhões; + 2,5%) e de Contribuições Sociais (+R\$ 447,16 milhões; + 43,4%).

No comparativo com 2016, no resultado acumulado, a Receita Corrente apresentou comportamento positivo, sendo os acréscimos da Receita de Patrimoniais, Tributárias e de Contribuições os principais fatores do acréscimo no resultado.

IV.I.1 Receita Tributária
Quadrimestre: R\$ 14.639 milhões / - 0,7%
Acumulado: R\$ 31.499,47 milhões / + 2,5%
Tabela 10
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QAUDRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.746,36	14.639,54	-0,7%	30.719,31	31.499,47	2,5%
ICMS	9.868,70	10.362,63	5,0%	20.817,22	21.207,83	1,9%
Adicional do ICMS	1.466,40	1.551,04	5,8%	2.618,99	3.076,98	17,5%
IRRF	1.666,58	1.103,06	-33,8%	1.944,11	2.053,61	5,6%
IPVA	367,39	404,45	10,1%	2.598,38	2.666,16	2,6%
ITD	568,87	325,67	-42,8%	986,71	565,24	-42,7%
Taxas	808,41	892,70	10,4%	1.753,90	1.929,65	10,0%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

Receita Tributária arrecadada no segundo quadrimestre de 2017 reduziu 0,7% (- R\$ 106,81 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016, totalizando R\$ 14.639,54 milhões. O resultado negativo foi reflexo da redução no IRRF e do ITD, atenuado pelo aumento do ICMS.

No acumulado de janeiro a agosto, o crescimento foi de 2,5% (+ R\$ 780,16 milhões) em relação a 2016, alcançando R\$ 31.499,47 milhões. Tal aumento foi resultado principalmente da arrecadação do Adicional do ICMS, do ICMS e das Taxas.

O IRRF e o ITD, juntos, apresentaram resultados desfavoráveis, no quadrimestre, com redução de R\$ 806,72 milhões.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**2º Quadrimestre: R\$ 10.362,63 milhões / + 5,0%****Acumulado: R\$ 21.207,83 milhões / + 1,9%**

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva no segundo quadrimestre de 2017, com acréscimo de 5,0% (R\$ 493,92 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior⁶.

No acumulado, o crescimento foi de 1,9% (+ R\$ 390,61 milhões) em relação a 2016, somando R\$ 21.207,83 milhões.

O ICMS, aqui, será analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Serão destacados os grupos obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS.

ICMS Indústrias de Transformação (Participação Acumulada → 27,5%)**2º Quadrimestre: + 0,5%****Acumulado: - 0,9%**

A variação positiva da rubrica, no 2º quadrimestre de 2017, foi significativamente afetada pelos setores Fabricação de Bebidas e Metalurgia ainda que suavizada pelo comportamento negativo da Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis. Entretanto, no acumulado, apresentou queda de 0,9% em relação a 2016, influenciada diretamente pela Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis e pela Fabricação de Produtos Químicos superiores ao bom comportamento do setor Metalurgia.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação Acumulada → 17,6%)**2º Quadrimestre: + 4,6%****Acumulado: - 6,6%**

No quadrimestre, o crescimento do setor foi derivado do Comércio Atacadista de Energia Elétrica.

Em caminho contrário, no acumulado, a queda teve como causa a queda na receita de Distribuição de Energia Elétrica.

⁶ Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação Acumulada → 34,4%)

2º Quadrimestre: + 4,4%
Acumulado: + 2,6%

O desempenho desse setor tem origem no Comércio Atacadista, excluídos os veículos automotores e motocicletas, que obteve crescimento no quadrimestre e no acumulado.

ICMS Informação e Comunicação (Participação Acumulada → 12,8%)

2º Quadrimestre: + 2,48%
Acumulado: + 0,8%

O setor de destaque é o de Telecomunicações, que concentra grande parte desse conjunto. O resultado denota tendência à recuperação desde as mudanças ocasionadas pela convergência novas tecnologias, impactando positivamente o quadrimestre e o acumulado.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

2º Quadrimestre: R\$ 1.551,04 milhões / + 5,8%
Acumulado: R\$ 3.076,98 / + 17,5%

A receita do FECP, no 2º quadrimestre, elevou-se em 5,8% (+ R\$ 84,64 milhões) em relação a 2016. O impacto deve-se principalmente à Lei Complementar nº 167/2015, com vigor a partir de 28/03/16, que trouxe a ampliação de alíquotas em diversas operações, com destaque para as relacionadas ao setor de petróleo e combustível.

No acumulado, o crescimento foi de 17,5% (+ R\$ 457,99 milhões). No decorrer do ano, o crescimento tem sido impactado diretamente pela alteração de alíquota decorrente da lei comentada no parágrafo anterior.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA⁷):**2º Quadrimestre: R\$ 404,45 milhões / + 10,1%****Acumulado: R\$ 2.666,16 milhões / + 2,6%**

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No segundo quadrimestre de 2017, a variação positiva da receita de IPVA (+ R\$ 37,05 milhões; + 10,1%), é reflexo da Lei n.º 7.158/2015 (Recupera Rio de Janeiro), do Decreto n.º 45.645/2016 e da Resolução SEFAZ n.º 1.007/2016. A regulamentação concedeu parcelamento, inclusive com exclusão dos encargos moratórios, a contribuintes com dívidas de IPVA referentes aos anos de 2012 a 2015, levando à regularização de muitos veículos em 2016 e motivando contribuintes a adimplir o imposto em 2017.

No acumulado, o leve crescimento (+ R\$ 67,78; 2,6%) foi impactado, além da justificativa quadrimestral, pela relevante queda na aquisição de veículos novos, pelas alterações de vencimento do imposto por conta dos finais de placa e pela cobrança do IPVA referente a 2014 devido pelas das empresas de ônibus (Decreto n.º 45.881/16).

- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**2º Quadrimestre: R\$ 325,67 milhões / - 42,8%****Acumulado: R\$ 565,24 milhões / - 42,7%**

Em comparação com mesmo período de 2016, a arrecadação do ITD apresentou decréscimo, no 2º quadrimestre, de 42,8% (- R\$ 243,20 milhões). O principal fato que ensejou tal variação relacionou-se ao recolhimento excepcionalmente elevado, por determinado contribuinte, em 2016. O aumento abrupto do ITD, no 2º quadrimestre do ano anterior, acabou por distorcer a base comparativa com o mesmo período de 2017, implicando em queda relevante.

Pelo mesmo motivo, o imposto foi impactado no acumulado, registrando queda significativa de 42,7% (- R\$ 421,47) em relação ao ano de 2016. Cabe destacar, ainda, fatores como a crise mobiliária.

⁷ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):**2º Quadrimestre: R\$ 1.103,06 milhões / - 33,8%****Acumulado: R\$ 2.053,61 milhões / + 5,6%**

O Imposto de Renda apresentou queda de 33,8% (- R\$ 563,52 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao segundo quadrimestre de 2016, impactado, relevantemente, por ajustes no cronograma de seu fluxo de repasses pelo RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. Os ajustes no cronograma de repasses são essenciais ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

Por outro lado, no acumulado, verificou-se crescimento de 5,6% (R\$ 109,50 milhões), o que deixa evidenciado o comportamento não linear dessa Receita Tributária. Ademais, o aumento foi resultado do pagamento dos salários atrasados dos Inativos e Pensionistas e dos recolhimentos do IR decorrentes, que foram regularizados no mês de agosto devido à venda da folha comentada na seção IV.1.2.

- Taxas:
2º Quadrimestre: R\$ 892,70 milhões / + 10,4%
Acumulado: R\$ 1.929,65 milhões / + 10,0%
Tabela 11
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Taxas	808,41	892,70	10,4%	1.753,90	1.929,65	10,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	86,79	111,03	27,9%	398,32	455,55	6,8%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	69,97	82,20	17,5%	359,19	407,56	5,2%
Outras	16,82	28,84	71,4%	39,13	47,99	27,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	721,61	781,66	8,3%	1.355,59	1.474,10	8,7%
Emolumentos e Custas Judiciais	175,15	181,67	3,7%	324,14	359,92	11,0%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	144,05	151,37	5,1%	273,19	286,68	4,9%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	402,41	448,62	11,5%	758,26	827,50	9,1%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	234,23	262,71	12,2%	564,98	613,29	8,6%
Outras	168,19	185,91	10,5%	193,28	214,21	10,8%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

O acréscimo de R\$ 84,29 milhões (+10,4%) no quadrimestre, em Taxas é, em maior parte, resultado da variação das Taxas do DETRAN, derivadas do Exercício do Poder de Polícia e da Prestação de Serviços, que juntas somaram ao caixa do Estado mais R\$ 40,71 milhões. Destaca-se ainda a variação das Taxas de Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndio, que variaram 15,4% (+ R\$ 21,18 milhões).

No acumulado, o crescimento de R\$ 175,74 (+ 10,0%) deve-se, principalmente, às Taxas do DETRAN - tanto pela Prestação do Serviço (+ R\$ 48,31) quanto pelo Exercício do Polícia (+ R\$ 48,37). Ainda, obtiveram comportamento relevante os Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais (+ 49,27) e as Taxas de Prevenção e Extinção de Incêndio (R\$ 14,01 milhões), incluídas estas em Outras Taxas de Prestação de Serviços.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties
Quadrimestre: R\$ 4.616,208 milhões / + 128,9%
Acumulado: R\$ 6.818,48 milhões / + 100,2%
Tabela 12
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECEITA PATRIMONIAL	2.016,31	4.616,20	128,9%	3.405,73	6.818,48	100,2%
Petróleo	1.425,84	3.060,08	114,6%	2.548,51	5.071,94	99,0%
Royalties	643,38	833,50	29,6%	1.221,26	1.737,02	42,2%
Part. Especial	780,53	2.224,26	185,0%	1.323,62	3.330,13	151,6%
FEP	1,94	2,32	19,9%	3,64	4,79	31,7%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	245,18	122,87	-49,9%	472,24	257,10	-45,6%
Demais Rec. Patrimoniais	345,29	1.433,24	315,1%	384,97	1.489,44	286,9%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

As Receitas Patrimoniais, no segundo quadrimestre de 2017, somaram R\$ 4.616,20 milhões - variação positiva de 128,9% em relação ao mesmo período de 2016. O acréscimo está concentrado nas receitas de petróleo (Royalties e Participações Especiais). Da mesma forma, estas receitas foram as responsáveis pelo resultado positivo no acumulado (+ R\$ 3.412,75 milhões; + 100,2%).

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram substancialmente em 2017. Esse comportamento denota recuperação dessas receitas, que passaram por relevante queda a partir do final de 2014, dada a redução do preço do barril tipo brent. Em 2017, houve variação positiva do preço do barril e o aumento da produção, que superaram a queda no câmbio tanto na análise quadrimestral quanto na do acumulado, conforme demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

(R\$ milhões)

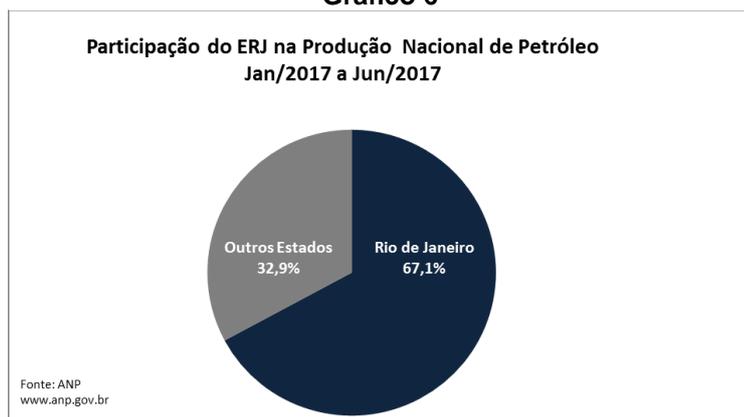
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN- AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
Produção (milhões de m³)	30,55	33,71	10,3%	45,52	50,80	11,6%
Brent (US\$)	43,70	50,15	14,8%	39,61	51,68	30,5%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,56	3,19	-10,3%	3,71	3,18	-14,3%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º Quadrimestre de 2017 são apresentados os dados de produção de Março a Junho de 2017.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,1% da produção total brasileira acumulada.

Gráfico 6



- **Aplicações Financeiras:** o fraco desempenho das receitas de Aplicações Financeiras deve-se à redução da Remuneração de Depósitos Bancários. Demonstra a indisponibilidade financeira em caixa, insuficiente inclusive para liquidar os compromissos firmados pelo Estado. A queda alcançou 49,9% (- R\$ 122,31 milhões) no quadrimestre e 45,6% (- R\$ 215,14 milhões) no acumulado.

- **Demais Receitas Patrimoniais:** nesse item, o acréscimo da arrecadação quadrimestral foi de R\$ 1.087,95 milhões (+ 315,1%), enquanto no acumulado rendeu mais R\$ 1.104,47 milhões (+ 286,9%). Em ambos os casos, o crescimento foi originado nas Concessões e Permissões relativas à Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamentos de Pessoal – Venda de Folha de Pagamentos - que, junto com a variação da Selic, adicionou aos cofres do Estado + R\$ 1.319,17 milhões.

IV.1.3 Demais Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 1.679,97 milhões / - 2,6%

Acumulado: R\$ 3.223,13 milhões / + 0,5%

Tabela 14

DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	1.725,08	1.679,97	-2,6%	3.207,22	3.223,13	0,5%
Receita de Contribuições	848,60	922,38	8,7%	1.030,88	1.478,04	43,4%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	8,3%	0,01	0,02	3,6%
Receita Industrial	11,90	36,62	207,7%	60,99	60,49	-0,8%
Receita de Serviços	143,37	120,79	-15,7%	241,89	213,48	-11,7%
Multas e Juros de Mora	266,25	276,18	3,7%	593,88	512,67	-13,7%
Indenizações e Restituições	125,01	94,04	-24,8%	159,30	433,47	172,1%
Dívida Ativa	65,53	70,59	7,7%	276,86	130,52	-52,9%
Receitas Diversas	264,42	159,36	-39,7%	843,40	394,45	-53,2%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 14, apresentaram queda no 2º quadrimestre e ínfimo crescimento no acumulado de 2017. As receitas que a compõem são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e sua variação está relacionada à folha de pagamento. No 2º quadrimestre de 2017, registraram desempenho positivo de R\$ 73,78 milhões (+ 8,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2016, o fluxo do recolhimento da receita de contribuições foi postergado, dada à grave situação financeira que o Estado do Rio de Janeiro atravessa, entretanto, como já mencionado na primeira edição do Boletim de Transparência de 2017, o fluxo de repasse dessas receitas, no ano corrente, segue o programado. O resultado reflete-se no acumulado, somando R\$ 447,16 milhões (+ 43,4%), reforçado pelo desempenho do quadrimestre anterior.

– **Receita de Serviços:** apresentou, no 2º quadrimestre, decréscimo de R\$ 22,58 milhões (- 15,7%), totalizando R\$ 120,79 milhões, cuja influência principal deve-se à queda combinada das Receitas de Serviços Financeiros, de Transporte e de Processamento de Dados. No acumulado, o comportamento permanece negativo (- R\$ 28,42 milhões; - 11,7%), com prevalência da queda de receita de Serviços Financeiros.

– **Indenizações e Restituições:** decresceu no 2º quadrimestre de 24,8% (- R\$ 30,98 milhões) em relação a 2016, influenciado pela redução indenizações por danos causados ao ambiente. Em caminho inverso, no acumulado, houve acréscimo de 172,1% (+ R\$ 274,17 milhões) sustentado pela transferência de R\$ 250,00 milhões, conforme descrito no boletim do quadrimestre anterior, ao Tesouro do ERJ repatriados na apuração de infrações penais pelo Ministério Público Federal, cujo montante destinado ao RIOPREVIDÊNCIA permitiu regularizar integralmente o valor devido de 13º salário de 2016 a cerca de 142.000 servidores inativos e pensionistas que ganham até R\$ 3,2 mil.

– **Receita Industrial:** essa receita tem se concentrado na arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil. No quadrimestre, a receita industrial cresceu 207,7% (+ R\$ 24,72 milhões) e, no resultado acumulado, apresentou queda de 0,8%, aproximadamente R\$ 500 mil.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** a receita de Multas e Juros de Mora cresceu 3,7% (+ R\$ 9,94 milhões), relacionada às Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS e as Multas e Juros de Mora do IPVA que compensaram a queda nas Multas e Juros do ICMS. A Dívida Ativa também registrou desempenho similar, com variação positiva de 7,7% (+ R\$ 5,06 milhões) em relação ao quadrimestre do ano anterior, em decorrência da Dívida Ativa do ICMS que superou a queda relevante da Dívida Ativa do ICMS. No acumulado, a receita de Multas e Juros de Mora decresceu 13,7% (- R\$ 81,21 milhões), também relacionada ao decréscimo das Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS e da receita da Dívida Ativa relacionada ao ICMS.

– **Receitas Diversas:** comportam as receitas extraordinárias sem previsibilidade de estimativa. Os valores apontados em 2016 e 2017 relacionam-se aos arrecadados pelo RIOPREVIDÊNCIA.

Apresentou no 2º quadrimestre de 2017 uma queda de 39,7% (- R\$ 105,06 milhões), assim como no acumulado, com decréscimo de 53,2% (- R\$ 448,95 milhões).

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Quadrimestre: R\$ 1.962,46 mil / -60,1%
Acumulado: R\$ 4.071,18/ -42,7%
Tabela 15
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	4.918,42	1.962,46	-60,1%	7.106,98	4.071,18	-42,7%
Transf da União	3.992,90	1.086,04	-72,8%	5.178,79	2.210,22	-57,3%
FPE	394,63	435,30	10,3%	801,35	895,97	11,8%
IPI exp	228,18	217,65	-4,6%	494,31	430,16	-13,0%
IOF	0,00	0,04	#DIV/0!	0,09	0,08	-13,0%
CIDE	24,91	20,79	-16,5%	61,53	61,73	0,3%
SUS	225,09	232,67	3,4%	475,84	449,96	-5,4%
Salário Educação	127,87	123,66	-3,3%	286,02	271,73	-5,0%
Lei Kandir	28,59	28,59	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Outras Transf. da União	2.963,61	27,34	-99,1%	3.002,47	43,40	-98,6%
FUNDEB	797,91	829,26	3,9%	1.724,93	1.761,50	2,1%
Convênios	127,41	47,14	-63,0%	202,97	99,46	-51,0%
Outras Transf. Corr.	0,19	0,02	-92,1%	0,30	0,00	-100,5%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

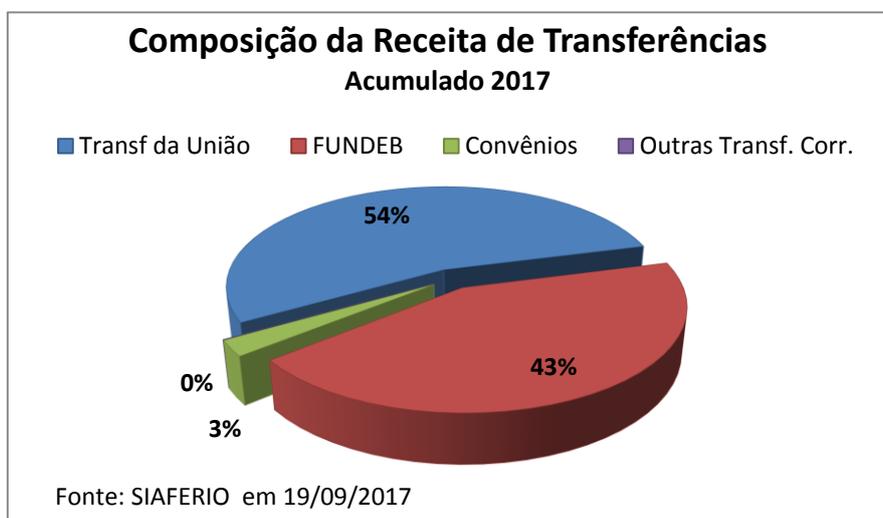
As Receitas de Transferências apresentaram, no segundo quadrimestre de 2017, decréscimo de 60,1% (-R\$ 2,955 bilhões) se comparado ao mesmo período de 2016. Tal resultado tem sua explicação nas Receitas oriundas de Outras Transferências da União.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 81,2% do total das Receitas de Transferências neste 2º quadrimestre de 2017.

Cabe destacar, ainda, as receitas do FUNDEB e de Convênios. No caso do FUNDEB verificou-se aumento de 3,9% (+ R\$ 31,35 milhões). Por outro lado, as receitas de Convênios obtiveram uma variação de -63,0% (-R\$ 80,27 milhões) no quadrimestre. As explicações para tais resultados serão abordados separadamente nesse boletim.

O resultado acumulado das Receitas de Transferências registra R\$ 4.071,18 milhões, o que representa decréscimo de 42,7% (- R\$ 3.035,80 milhões) em relação ao ano passado. O resultado é justificado pela variação das receitas oriundas das Outras Transferências da União.

Gráfico 7



IV.1.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou redução de 72,8% (-R\$ 2.906,86 bilhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2016. As receitas de Outras Transferências da União são as responsáveis pelo resultado negativo.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2017 totalizou R\$ 2.210,22 milhões, decréscimo de 57,3% (-R\$ 2.968,56 milhões) se comparado a 2016, também justificado pelo desempenho das Outras Transferências da União.

– **FPE**⁸: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado positivo quadrimestral e acumulado dessa transferência foi consequência do aumento da arrecadação do IR.

Os recursos do 2º quadrimestre do FPE apresentaram aumento de 10,3% (+ R\$ 40,66 milhões) em comparação ao mesmo período de

⁸ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a agosto de 2017, Receita Federal. http://idg_receita.fazenda.gov.br/dados/receitadada/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/agosto2016/analise-mensal-ago16.pdf

2016. Tal fato é consequência do acréscimo de arrecadação do IRRF no item de Rendimentos do Trabalho, decorrente do crescimento da arrecadação do setor público em virtude dos reajustes salariais e recolhimentos de Participações nos Lucros e Resultados (PLR). No IPI, destacam-se positivamente também os itens IPI-Automóveis, resultado do crescimento de 5,7% no volume de vendas ao mercado interno e da redução no valor de compensações tributárias, e IPI-Outros, justificado pelo crescimento de 0,76% da produção industrial.

No acumulado, o FPE apresentou crescimento de R\$ 94,62 milhões (+ 11,8%), justificado pelos mesmos itens já descritos acima.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos Estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transfere ncias>.

O resultado negativo da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2017.

Nesse quadrimestre a receita apresentou redução de 4,6% (- R\$ 10,54 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do novo coeficiente de participação do IPI- Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2016, era de 18,05857%, em 2017 foi reajustado para 14,946822%.

O acumulado apresentou decréscimo de 13,0% (- R\$ 64,15 milhões), pelo mesmo motivo já explicado anteriormente.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 27,34 milhões no quadrimestre, esta receita apresentou redução de 99,1% (- R\$ 2.936,28 milhões) em relação ao mesmo período de 2016. Tal resultado justifica-se no Auxílio Financeiro da União, recebido em 2016 no montante de R\$ 2,9

bilhões, inflando a base de comparação. O acumulado, com arrecadação de R\$ 43,40 milhões, variação de 2.959,07%, reflete o mesmo motivo apresentado anteriormente.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (+3,9% / + R\$ 31,35 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 829,26 milhões.

No acumulado, o aumento de R\$ 36,57 milhões (+ 2,1%) no resultado é, também, derivado da redução da receita do ICMS.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios apresentaram redução de 63,0% (- R\$ 80,27 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Esse resultado explica-se, em sua maior parte, pela redução das transferências de Convênios dos Municípios.

Da mesma forma, no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 103,51 milhões (- 51,0%). Tal resultado é justificado pela redução nas contas de Transferências Voluntárias de Convênios da União e dos Municípios.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 97,60 milhões / - 37,8%

Acumulado: R\$ 961,28 milhões / - 10,4%

Tabela 16
RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2016/2017.

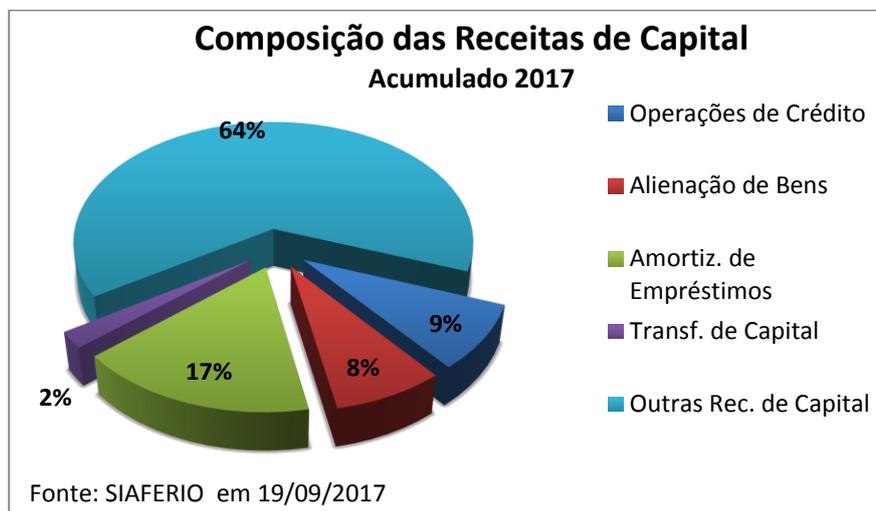
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2016	2017		2016	2017	
REC. CAPITAL	156,86	97,60	-37,8%	1.073,24	961,28	-10,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	89,15	56,62	-36,5%	976,15	81,92	-91,6%
ALIENAÇÕES DE BENS	11,64	0,21	-98,2%	11,64	75,38	547,5%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	38,11	31,83	-16,5%	52,16	163,09	212,7%
TRANSF. DE CAPITAL	17,95	8,94	-50,2%	33,29	20,76	-37,6%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,01	0,00	-	0,01	620,12	~ 99,9%

Fonte: SIAFERIO em 19/09/2017.

As Receitas de Capital apresentaram decréscimo de 37,8% (- R\$ 59,26 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2016. Tal fato decorreu em função da redução das Operações de Crédito.

Gráfico 8



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve redução de 36,5% (- R\$ 32,53 milhões) no quadrimestre, justificada nas Operações de Crédito Externas destinadas aos Programas de Transporte, mais especificamente ao PET 2 para o desenvolvimento do sistema integrado de transportes urbanos.

A receita relativa às operações de crédito direcionadas à racionalização dos sistemas de transporte urbano apresentou drástica redução no ano de 2017.

O resultado acumulado representa uma redução de 91,6% (- R\$ 894,23 milhões) em relação ao acumulado de 2016. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar a Linha 4 do Metrô e, também, do Programa de Melhoria Infra Viária do ERJ – PRO-VIAS.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com decréscimo de 16,5% (- R\$ 6,28 milhões) no quadrimestre. Este resultado justifica-se na conta do Fundo Estadual de Fomento ao microcrédito produtivo orientado para empreendedores.

Por outro lado, o resultado acumulado apresentou crescimento de 212,7% (+ R\$ 110,94 milhões). A variação positiva justifica-se na conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) que, devido a ajustes na rotina contábil, por conta da implantação SIAFE-RIO, teve suas receitas registradas posteriormente - a partir de junho de 2016, reduzindo a base de comparação. Este resultado também é efeito do bom desempenho da conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL: A Receita de Outras Receitas de Capital não apresentou variação no quadrimestre. No entanto, o acumulado apresentou crescimento de 99,9% (+ R\$ 620,12 milhões), se comparado a 2016. Trata-se de uma receita extemporânea de Depósitos Judiciais, no valor de R\$ 620 milhões, recebidos em fevereiro, oriundos do saque efetuado na conta de Depósitos Judiciais Tributários, nos termos da Lei 151/2015.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico, aqui consideradas também as Intraorçamentárias.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 69,60 bilhões.

Ao fim do 2º quadrimestre, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 72,95 bilhões. Desse valor, R\$ 17,46 bilhões (23,9%) encontram-se contingenciados, medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com o atual panorama econômico.

Neste segundo quadrimestre, aproximadamente R\$ 36,59 bilhões já foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (65,9% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,11 bilhões. A dotação atual permaneceu neste mesmo valor, havendo somente um remanejamento entre as despesas Intraorçamentárias e as despesas que não são Intraorçamentárias. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, para o Ministério do Público e para o Tribunal de Contas já foi empenhado R\$ 5,76 bilhões, o equivalente a 71% do orçamento disponível.

Tabela 17 – Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - 2º QUADRIMESTRE							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	68.363	74.957	21.354	53.603	35.385	32.254
	DESPESA INTRA	3.395	4.566	801	3.765	1.919	1.872
	DESPESA TOTAL	71.758	79.523	22.155	57.368	37.304	34.126
2017	DESPESA SEM INTRA	65.909	66.728	16.716	50.011	32.528	30.831
	DESPESA INTRA	3.688	6.218	745	5.472	4.067	3.982
	DESPESA TOTAL	69.597	72.945	17.462	55.484	36.594	34.812
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2016	DESPESA SEM INTRA	7.404	7.674	0	7.674	5.340	3.888
	DESPESA INTRA	738	901	0	901	667	510
	DESPESA TOTAL	8.143	8.575	0	8.575	6.007	4.398
2017	DESPESA SEM INTRA	7.379	7.355	0	7.355	5.223	3.875
	DESPESA INTRA	733	758	0	758	541	404
	DESPESA TOTAL	8.113	8.113	0	8.113	5.763	4.278

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

V.II Créditos Adicionais

Neste segundo quadrimestre, consideradas as Despesas Intraorçamentárias, os créditos adicionais autorizados somaram R\$ 3,35 bilhões, um acréscimo de 4,3% à dotação inicial.

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de fontes de recursos (Recursos do Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que o aumento da dotação inicial na Fonte Tesouro foi de apenas R\$ 17 milhões, e nas Demais Fontes R\$ 3,33 bilhões, dos quais 81%, R\$ 2,7 bilhões provenientes de excesso de arrecadação do RIOPREVIDÊNCIA; e os restantes R\$ 622 milhões decorrentes de superávit financeiro de convênios e de recursos próprios de Fundos Especiais. A Tabela 18 detalha essas alterações.

Num recorte por função governamental, demonstrado na Tabela 19, o maior acréscimo ocorreu na função Previdência Social: R\$ 2,7 bilhões de Demais Fontes contra uma diminuição de R\$ 1,16 bilhão na Fonte Tesouro. Estão sendo suplementados Encargos com Inativos da Segurança Pública (+ R\$ 1,08 bilhão), Pensões e outros benefícios previdenciários (+ R\$ 594,16 milhões) e Inativos da Educação (+ R\$ 417,32 milhões). A função aumentou 7,5% em relação ao orçamento original.

Na função Essencial à Justiça, o aumento foi de R\$ 254 milhões: Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas (+ R\$ 119,84 milhões), Centro de Estudos Jurídicos da PGE (+ R\$ 80,27 milhões) e Capacitação dos Servidores da PGE (+ R\$ 19,95 milhões).

Em Gestão Ambiental o incremento foi de R\$ 170 milhões, dos quais R\$ 93 milhões na Fonte Tesouro e R\$ 77 milhões nas Demais Fontes sendo R\$ 51,64 milhões para Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos corpos hídricos (FECAM), R\$ 41,75 milhões para Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 40 milhões em ações relativas a Cidades Sustentáveis.

Tabela 18 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 2º QUADRIMESTRE			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	53.899	-2.479	51.420
OP. CRÉDITO	1.851	0	1.851
DEMAIS FONTES	19.390	3.273	22.662
RECURSOS PRÓPRIOS RIOPREVIDÊNCIA	8.621	2.702	11.324
OUTRAS	10.768	571	11.339
TOTAL*	73.289	794	74.083
Despesas Intraorçamentárias	4.421	2.554	6.975
TESOURO	4.101	2.496	6.597
DEMAIS FONTES	320	58	379
TOTAL GERAL**	77.710	3.348	81.058

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Total Geral incluindo despesas intra-orçamentárias.

Tabela 19 – Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2017		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Tesouro	-1.161
	Demais Fontes	2.702
ESSENCIAL À JUSTIÇA	Tesouro	0
	Demais Fontes	254
GESTÃO AMBIENTAL	Tesouro	93
	Demais Fontes	77
SUBTOTAL		1.965
OUTRAS DEMANDAS		-1.171
TOTAL		794

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e Despesa Intraorçamentária.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 20 apresenta os dados apurados neste 2º quadrimestre comparando-os com os do último ano.

As Despesas Correntes, que englobam as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 97,1% (R\$ 33,70 bilhões) do total liquidado até agosto. As Outras Despesas Correntes estão relacionadas ao custeio das atividades operacionais do Estado, as despesas não discricionárias alocadas em Encargos Gerais do Estado inclusive precatórios, indébitos, restituições e devolução à União referente à antecipação de Royalties para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA quando de sua criação.

As Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 1 bilhão, o equivalente a 2,9% do total liquidado pelo ERJ nesse segundo quadrimestre.

➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 21 demonstra as despesas com pessoal discriminadas pelas áreas que concentram maiores gastos. No acumulado foram liquidados R\$ 23,89 bilhões, 0,7% inferior (-R\$ 167,89 milhões) ao valor registrado no mesmo período de 2016. Se incluídas as Despesas Intraorçamentárias (R\$ 1,93 bilhão), relativas às obrigações patronais a despesa total atinge de R\$ 25,81 bilhões e a redução em relação ao ano anterior é de apenas 0,5%.

No poder Executivo, os maiores gastos estão concentrados nas funções: Previdência Social, Segurança Pública e Educação. Essas duas últimas são áreas prioritárias do Governo e, juntas, foram responsáveis por R\$ 6,64 bilhões da despesa liquidada. Desse

Tabela 20 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2º QUADRIMESTRE		
		2016	2017	Varição %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.053	23.885	-0,7%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	12.555	12.006	-4,4%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	9.896	9.397	-5,0%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	2.659	2.610	-1,9%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	8.693	8.980	3,3%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	7.084	7.406	4,5%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	1.608	1.574	-2,1%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	2.805	2.899	3,3%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.617	803	-50,4%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	7.396	9.015	21,9%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	6.567	8.003	21,9%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	5.397	6.797	25,9%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	1.170	1.206	3,0%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	829	1.012	22,1%
3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	829	1.012	22,1%	
TOTAL CORRENTE		33.067	33.703	1,9%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.901	249	-86,9%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.834	196	-89,3%
	4.2 - OUTROS PODERES	66	52	-21,0%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	6	7	25,3%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.169	747	-36,1%
TOTAL CAPITAL		3.075	1.003	-67,4%
TOTAL GERAL		36.142	34.705	-4,0%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvisão

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**Em 2016, Inativos e Pensionistas estavam no Grupo de Despesa 3 de Outras Despesas Correntes. A partir de 2017, esses valores passaram a constar o Grupo de Despesa 1 de Pessoal. Representamos tudo no Grupo de Despesa 1 para facilitar a comparação.

Tabela 21 – Despesas de Pessoal

R\$ Milhões

FUNÇÃO	2º QUADRIMESTRE		VARIÇÃO %
	2016	2017	
Previdência Social	11.525	11.905	3,3%
Segurança Pública	4.736	4.310	-9,0%
Educação	2.513	2.328	-7,4%
*Demais Áreas	5.279	5.342	1,2%
Subtotal	24.053	23.885	-0,7%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.896	1.928	1,7%
TOTAL GERAL	25.949	25.812	-0,5%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/09/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

montante, R\$ 4,99 bilhões (75,2%) foram financiados com recursos do Tesouro Estadual.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 5,34 bilhões até o quadrimestre, um crescimento de 1,2% (+62,83 milhões) frente ao mesmo período de 2016.

Os gastos realizados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas representaram 10,9% do montante liquidado até agosto: R\$ 2,61 bilhões, financiados com recursos do Tesouro.

No âmbito da Função Educação, R\$ 1,42 bilhão (60,8%) das despesas registradas no grupo de Pessoal e Encargos Sociais foi assegurado com recursos do FUNDEB.

➤ Outras Despesas Correntes

Conforme demonstrado na Tabela 22 no acumulado, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 9,01 bilhões, variação positiva de 21,9% (+R\$ 1,62 bilhão) em relação a igual período de 2016.

Em 2017, observa-se um aparente crescimento na função Previdência Social, +R\$2,7 bilhões, decorrente da contabilização da cessão de ativos futuros (Royalties do Petróleo) como despesa orçamentária, por determinação do Tribunal de Contas do Estado RJ – TCE-RJ – e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16.5) a fim de manter a uniformidade de critérios de registro e melhorar a transparência dos atos de gestão. Até 2016 essa obrigação era contabilizada como conta dedutora das Receitas de Participações Governamentais.

Se desconsiderada esta despesa com Antecipação de Royalties, contabilizada a partir de 2017, o montante executado em Outras Despesas Correntes teria diminuído em 15%, se contrapondo à variação positiva irreal de 21,9%.

Ainda no âmbito da função Previdência Social, vale ressaltar que, neste exercício de 2017, a despesa com a folha de pagamento de inativos e pensionistas foi reclassificada e passou a ser realizada no Grupo de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, antes contabilizada no Grupo de Despesa de Outras Despesas Correntes.

Em outras funções do governo, conforme demonstra na Tabela 22, percebem-se variações menores, em virtude das medidas de redução dos gastos públicos. Ainda assim a Saúde conseguiu se destacar sobre as outras funções com a execução de R\$ 1,31 bilhão destinado, na sua maior parte (70%; R\$ 917,33 milhões), à aquisição de material médico

Tabela 22 – Função Governamental

FUNÇÃO	2º QUADRIMESTRE		Em R\$ VARIÇÃO
	2016	2017	%
Saúde	1.672.789.345	1.311.265.221	-21,6%
Educação	794.440.742	736.149.032	-7,3%
Segurança Pública	956.304.954	709.759.388	-25,8%
Demais Despesas de CUSTEIO	2.393.983.325	2.090.284.139	-12,7%
Subtotal CUSTEIO	5.817.518.365	4.847.457.780	-16,7%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	98.965.038	2.797.595.746	2726,9%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.479.970.185	1.370.083.142	-7,4%
TOTAL	7.396.453.588	9.015.136.667	21,9%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/09/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou, a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

hospitalar, medicamentos, gêneros alimentícios e prestação de serviços de manutenção das diversas Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e Hospitais Estaduais no ERJ.

Num contexto mais amplo, as dificuldades enfrentadas pelo ERJ têm impactado a capacidade de manutenção de determinadas ações. Entretanto, a administração vem tentando manter a execução dos principais programas em níveis semelhantes aos anteriores.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Em virtude das incertezas sobre a política econômica em curso, com destaque ao elevado nível de endividamento do Estado, em 2017, os investimentos caíram 86,6% (-1,65 bilhão), diante da impossibilidade de manter o cronograma de desembolso das operações contratadas.

Ainda assim, conforme a Tabela 23 a administração realizou alguns poucos investimentos neste período de janeiro a agosto de 2017, que totalizaram R\$ 256,03 milhões e neste âmbito os projetos que tiveram um considerável destaque foram:

- As obras de construção e reforma das edificações do Poder Judiciário – R\$ 38,16 milhões;
- Saneamento Ambiental nos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – R\$ 29 milhões. Aqui se encontram projetos como o Programa Rio Limpo (limpeza dos leitos e margens de diversos rios do ERJ) e Baía Sem Lixo (coleta de lixo flutuante na Baía de Guanabara);
- Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ – R\$ 26,99 milhões. Nesta ação foram repassados auxílios financeiros aos pesquisadores para aquisição e instalação de equipamentos de grande porte, necessários ao desenvolvimento de seus estudos e pesquisas.
- Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos – R\$ 17,25 milhões. Aqui são desenvolvidas obras de desassoreamento e recuperação das margens de diversos cursos d'água no Estado do Rio de Janeiro (Bacia do Imboçu – São Gonçalo; *Projeto Rios da Serra* – Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis).

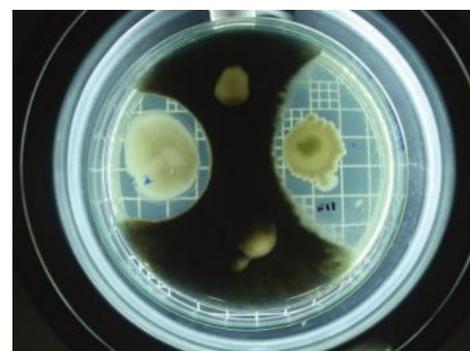
Tabela 23 - Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	2º QUADRIMESTRE		Em R\$
	2016	2017	Variação %
Construção, Reforma, Instalações e Segurança das Edificações do Poder Judiciário	20.522.352	38.162.495	86,0%
Saneamento Ambiental nos Municípios Entorno da Baía de Guanabara	61.669.264	29.002.174	-53,0%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	2.088.174	26.990.877	1192,6%
Melhoria da Infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos	12.387.107	17.249.209	39,3%
Implantação, Restauração e Melhoria de Rodovias.	468.724	16.445.139	3408,5%
Abastecimento de Água - PAC	51.947.024	13.382.911	-74,2%
SUBTOTAL	149.082.646	141.232.804	-5,3%
DEMAIS AÇÕES	1.757.379.877	114.800.725	-93,5%
TOTAL GERAL	1.906.462.522	256.033.529	-86,6%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/09/2017

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



Colocadas sobre a mesma placa, amostras de fungos e bactérias – UENF/FAPERJ



Obras de recuperação ambiental na Bacia do Rio Imboçu

V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ9, FECAM10 e FEHIS11.

A Tabela 24 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2016 e 2017.

Ressalta-se que para fins legais a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (deduzida a transferência aos municípios) deduzidos os montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias de todos os Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. A única receita com um crescimento de grande relevância ficou por conta dos recursos provenientes do Fundo de Participação Especial dos royalties, que afetam diretamente o índice do FECAM.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação, assim como o de 12% na Saúde, não vem sendo cumprido ao longo do ano, inclusive, sendo executados em proporções

Tabela 24– Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	2º QUADRIMESTRE		Varição
	2016	2017	%
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	24.244	24.598	1,5%
DESPEZA LIQUIDADADA	5.490	5.156	-6,1%
Uos ***	1.672	1.490	-10,9%
FUNDEB	3.819	3.665	-4,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.061	6.150	1,5%
% ÍNDICE	22,6%	21,0%	-1,7%
SAÚDE			
RECEITA BASE	24.243.793	24.598.213	1,5%
DESPEZA LIQUIDADADA*	1.697.068	1.376.658	-18,9%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.909.255	2.951.786	1,5%
% ÍNDICE	7,0%	5,6%	-1,4%
FAPERJ			
RECEITA BASE	10.161.492	10.297.711	1,3%
DESPEZA LIQUIDADADA	108.897	170.041	56,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	203.230	205.954	1,3%
% ÍNDICE	1,1%	1,7%	0,6%
FECAM			
RECEITA BASE	1.771.722	3.560.474	101,0%
DESPEZA LIQUIDADADA**	175.575	15.064	-91,4%
MÍNIMO A SER APLICADO	88.586	188.989	113,3%
% ÍNDICE	9,9%	0,4%	-9,5%
FEHIS			
RECEITA BASE	1.845.491	2.166.169	17,4%
DESPEZA LIQUIDADADA	55.478	42.121	-24,1%
UOS	24.627	18.193	-26,1%
Aluguel Social	30.851	23.928	-22,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	184.549	216.617	17,4%
% ÍNDICE	3,0%	1,9%	-1,1%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconto o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

*** Deduzido o valor da Ceperj

⁹ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁰ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹¹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

inferiores ao do mesmo período do exercício de 2016. Cenário semelhante ocorre com os índices da FECAM e FEHIS. Apenas o índice da FAPERJ apresentou uma execução superior no comparativo.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

O índice Educação até este segundo quadrimestre apontou para uma aplicação de 21,0% da receita base. Dos R\$ 6,15 bilhões a aplicar, o Estado alocou R\$ 5,16 bilhões em despesas, sendo R\$ 3,66 bilhões repassados ao FUNDEB. Comparativamente ao mesmo período de 2016, registrou-se uma pequena queda no grau de execução por conta da consequência direta do atual cenário econômico.

A Tabela 25 demonstra a despesa do índice executada por grupo de despesa.

A despesa total liquidada alcançou R\$ 5,18 bilhões, uma variação negativa de 6,2% (-R\$ 339,39 milhões), reflexo dos procedimentos que estão sendo adotados pelos órgãos visando o equilíbrio financeiro do Estado. Nas despesas de pessoal, boa parcela foi financiada com recursos provenientes do retorno do FUNDEB.

As Outras Despesas Correntes apresentaram uma variação negativa de 17,7% (-R\$ 62,20 milhões) quando comparada ao montante apurado em 2016. Até o segundo quadrimestre observa-se ainda o efeito das medidas adotadas pelos órgãos em função da capacidade arrecadatória do Estado. A queda de receita nas fontes Tesouro resultou numa menor execução das despesas financiadas com essas fontes, entretanto a maior parte das despesas de custeio das atividades da SEEDUC está sendo financiada com recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

A Tabela 26 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 2º quadrimestre.

Tabela 25 – Aplicação no Índice

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NO ÍNDICE		Variação %	Participação em 2017
	2º QUADRIMESTRE 2016	2017		
Pessoal	2.968.389	2.776.307	-6,5%	53,6%
FR TESOURO	1.449.855	1.333.325	-8,0%	
FUNDEB (retorno)	1.518.534	1.442.982	-5,0%	
Outras Desp. Correntes	351.743	289.543	-17,7%	5,6%
FR TESOURO	215.964	156.869	-27,4%	
FUNDEB (retorno)	135.780	132.674	-2,3%	
Investimento/Inversões	5.847	15	-99,7%	0,0003%
SUB TOTAL	3.325.979	3.065.866	-7,8%	59,2%
FUNDEB (Perda Líquida)	2.191.644	2.112.364	-3,6%	40,8%
TOTAL GERAL**	5.517.623	5.178.230	-6,2%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

5.178.230

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

** Nesta tabela, está incluída os valores de rendimento de aplicação financeira do FUNDEB, não contabilizados para fins de apuração do índice (2016: R\$27,31 milhões/2017: R\$ 22,68 milhões)

Tabela 26 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	2º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	479.255.151	417.994.056	-12,8%	8,1%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	105.381.662	109.075.016	3,5%	2,1%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	572.885.476	569.022.419	-0,7%	11,0%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	390.380.121	276.558.813	-29,2%	5,3%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	93.522.877	91.966.682	-1,7%	1,8%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	18.938.815	14.877.728	-21,4%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	11.301.161	10.714.698	-5,2%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias*	1.671.665.262	1.490.209.412	-10,9%	28,8%
FUNDEB**	3.845.957.608	3.688.020.567	-4,1%	71,2%
TOTAL DO ÍNDICE	5.517.622.870	5.178.229.979	-6,2%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Nesta tabela, está incluída os valores de rendimento de aplicação financeira do FUNDEB,

não contabilizados para fins de apuração do índice (2016: R\$27,31 milhões) | (2017 : R\$ 22,68 milhões)

O total desembolsado pelas unidades orçamentárias com recursos do Tesouro atingiu o patamar de R\$ 1,49 bilhão na composição do índice, com participação de 28,8%. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) apresentou ao longo do período uma participação de 8,1%, com uma execução total de R\$ 417,99 milhões em relação ao mesmo período de 2016. Foram alocados em pessoal R\$ 406,38 milhões.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou neste período uma participação de 11,0%. A pequena variação negativa de 0,7% (-R\$3,86 milhões) sinaliza os ajustes que estão sendo implementados pela universidade com a atual situação que está passando a economia fluminense, priorizando-se a despesa com pessoal. Em relação ao custeio, a UERJ aplicou R\$ 67,71 milhões com auxílio alimentação, serviços prestados por estudantes e cotistas.

Analisando as despesas das unidades orçamentárias que compõem o índice, verifica-se que o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – apresenta variação positiva de 3,5% (+R\$ 3,69 milhões) em relação ao ano anterior. A referida variação está relacionada ao aumento das despesas de pessoal, decorrentes da concessão dos triênios e progressões dos planos de carreira.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) está com participação de 5,3% do total liquidado das unidades. A variação negativa de 29,2% em relação a 2016 representa uma queda de R\$113,82 milhões. Do montante liquidado de R\$ 276,56 milhões, foram alocados R\$ 268,73 milhões em pessoal. Os outros R\$ 7,83 milhões foram consumidos por despesas inerentes ao custeio relacionadas à pessoal (R\$ 3,82 milhões) e ao funcionamento de serviços operacionais (R\$ 4,00 milhões) para atender a manutenção.

➤ **Educação – Demais Fontes de Recursos**

Os recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos da União, são contabilizados para fins de cumprimento do índice, entretanto a função Educação conta ainda com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montantes significativos dentro do gasto total e que não são contabilizados na aplicação do índice. Neste 2º quadrimestre foram totalizados R\$ 297,92 milhões.

A Tabela 27 ao lado discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 2º quadrimestre de 2016 registrou uma pequena variação positiva de 1,4% (+R\$ 4,02 milhões). Nesta tabela, observa-se forte participação do Salário Educação (FR 105) financiando despesas operacionais na SEEDUC e compensando os recursos do Tesouro.

O Salário Educação (FR 105), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e Municípios através do FNDE, participa com 69,9% do total de recursos aplicados nas demais fontes. Apresenta um acréscimo de 11,1% (+R\$ 22,88 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016. Observa-se que do montante aplicado até o quadrimestre, a despesa liquidada de R\$ 228,40 milhões na sua grande maioria está relacionada à nutrição escolar (R\$ 117,80 milhões),

Além da despesa mencionada, a SEEDUC aplicou R\$ 101,26 milhões em ações que dão suporte ao funcionamento das unidades escolares e à autonomia financeira, descentralizando montante às escolas, prestando serviço no atendimento operacional das unidades, além do transporte de estudantes que são atendidos em áreas rurais.

Do total de receita recebida (R\$ 54,21 milhões) por meio das Transferências da União (FR 224), foram executados R\$ 34,18 milhões com pequena variação negativa de 3,9% (-R\$ 1,38 milhão) em relação ao mesmo período de 2016. A Secretaria de Educação basicamente executou o maior montante, (R\$ 33,56 milhões) referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – desenvolvido pela FAETEC, registrou despesa de R\$ 623,43 mil, com assistência a estudantes e remuneração com profissionais custeados com recursos desta

Tabela 27 – Demais Fontes de Recursos

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOUREIRO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2017
	2º QUADRIMESTRE			
	2016	2017		
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	205.518.834	228.399.536	11,1%	69,9%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 224)	35.561.749	34.184.485	-3,9%	12,1%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	20.069.145	15.480.903	-22,9%	6,8%
SUS (FR 225)	17.244.700	9.558.784	-44,6%	5,9%
CONVÊNIOS (FR 212)	15.508.248	10.296.692	-33,6%	5,3%
TOTAL	293.902.677	297.920.400	1,4%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

fonte. A FAETEC contribui de forma efetiva na formação de quem está ingressando no mercado de trabalho.

As despesas realizadas com Recursos Próprios (FR 230) tiveram participação de 6,8 % (R\$ 15,48 milhões) e contribuíram basicamente com despesas na ação UERJ/Sociedade, por meio de serviço de saúde à população através da Policlínica Piquet Carneiro, além do suporte ao acesso de Ensino Superior à Distância e pré-vestibular social da Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ.

A despesa liquidada com a FR 225 (SUS) sofreu variação negativa de 44,6% (-R\$ 7,68 milhões). Este cenário é o reflexo da não execução ocorrida no início de exercício de 2017. Da receita executada até agosto (R\$ 24,32 milhões), foram aplicados R\$ 9,56 milhões pela FUNDAÇÃO/UERJ, direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto.



Qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- FAETEC (PRONATEC)

➤ Saúde

No segundo quadrimestre do exercício de 2017, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi negativa em 18,9% em relação ao ano passado, -R\$ 320,33 milhões, conforme demonstrado na Tabela 28.

Tabela 28 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD		Variação %	Participação em 2017
	2º QUADRIMESTRE			
	2016	2017		
Pessoal	621.398.129	449.345.548	-27,7%	32,6%
Outras Desp. Correntes	1.062.783.559	927.312.639	-12,7%	67,4%
Investimentos / Inversões	10.379.543	0	-100,0%	0,0%
Amortização da Dívida	2.426.016	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	1.696.987.247	1.376.658.187	-18,9%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 67,4% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Entretanto, foi constatada neste grupo de despesa uma queda de 12,7% (-R\$ 135,47 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o segundo quadrimestre de 2017 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 486 milhões, dos quais R\$ 457,04 milhões foram direcionados para a Gestão de

Serviços de Saúde (custeio e pessoal das OS's), distribuídos nos Hospitais conforme a Tabela 29.

2- Execução do Contrato de Gestão – FES – houve uma aplicação de R\$ 282,95 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

3- Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto – despesa realizada de R\$ 42,66 milhões, na qual foram repassados R\$ 11,71 milhões à Limpeza e Conservação; R\$ 6,75 milhões à Vigilância Ostensiva; R\$ 5,46 milhões em Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 4,54 milhões em Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; dentre outras despesas.

4- Apoio às UPA's 24hs Municipalizadas – gastos de R\$ 36 milhões conforme Tabela 30 abaixo.

No grupo Investimento/Inversões não houve valores liquidados até o momento. Reflexo do cenário econômico de crise que o ERJ vem atravessando e da dificuldade de contratação de Operações de Crédito devido à extrapolação do limite máximo da dívida consolidada, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No grupo de Pessoal houve um decréscimo de 27,7% (-R\$ 172,05 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Essa diminuição foi resultado de uma modificação na classificação dos gastos por determinação do TCE/RJ. A Unidade Orçamentária da Fundação Saúde está sendo inteiramente executada num programa de trabalho no FES dentro do Grupo de Despesa de Outras Despesas Correntes (Ação 2911). Assim, houve migração dos valores executados em pessoal da Fundação Saúde do Grupo de Despesa de Pessoal para o Grupo de Despesa de Outras Despesas Correntes. Há de se destacar também que, a partir desse quadrimestre, novas determinações do TCE RJ acarretaram alterações na metodologia de cálculo do índice da saúde. O modelo calculado nesse boletim está em consonância com os relatórios oficiais da LRF. A partir de agora, o FES (Fundo Estadual de Saúde) será a única Unidade Orçamentária da Função Saúde que contabilizará para a aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde do índice, restando com isso desnecessário realizar a análise feita nos quadrimestres anteriores da aplicação do índice por Unidade Orçamentária.

Além disso, nesse ano temos uma peculiaridade em relação ao Índice da Saúde. Em decorrência do descumprimento da aplicação do limite mínimo no índice da saúde no ano de 2016, está havendo um

Tabela 29 – Repasse para OS's

Em Milhões
R\$

REPASSE PARA AS OS's - 2017		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JAN A AGO
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	38,64
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	95,52
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	21,50
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	78,56
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	65,92
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	37,00
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	40,55
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	5,25
HOSPITAL ROBERTO CHABO E HOSPITAL ESTADUAL N.Sra. NAZARETH	ARARUAMA E SAQUAREMA	22,00
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	22,00
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	35,60
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-5,50
TOTAL REPASSADO		457,04

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017.

Tabela 30 – Repasse para UPA's 24hs Municipalizadas

Em R\$

UPA'S MUNICIPALIZADAS do ERJ	VALORES REPASSADOS
	JAN A AGO
PETROPÓLIS	4.000.000
ITAPERUNA	2.000.000
DUQUE DE CAXIAS	2.000.000
ITAGUAÍ	2.000.000
MARICÁ	2.000.000
RIO BONITO	2.000.000
NOVA IGUAÇU	2.000.000
TERESÓPOLIS	2.000.000
VOLTA REDONDA	2.000.000
ARARUAMA	2.000.000
BELFORD ROXO	2.000.000
NILÓPOLIS	2.000.000
TRÊS RIOS	2.000.000
BARRA MANSA	2.000.000
RESENDE	2.000.000
MACAÉ	2.000.000
NOVA FRIBURGO	2.000.000
TOTAL REPASSADO	36.000.000

Fonte: Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017.

recondicionamento do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) diretamente da União para a conta de titularidade do Fundo Estadual de Saúde (FES) com a finalidade de complementar essa aplicação do exercício de 2016 até o cumprimento legal do limite mínimo.

Até o segundo quadrimestre de 2017, foram gastos R\$ 77,35 milhões nessa aplicação adicional para atingir o percentual mínimo que deixou de ser realizado no ano de 2016, dentre os quais R\$ 42,89 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio e pessoal das OS's), distribuídos nos Hospitais conforme a Tabela 31.

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 32 abaixo discrimina o detalhamento da execução de tais fontes.

Tabela 31 – Repasse para OS's para o cumprimento do Índice de 2016

Em Milhões
RS

REPASSE PARA AS OS's - CUMPRIMENTO ÍNDICE 2016		
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JAN A AGO
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	4,16
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	5,00
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	5,50
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	10,04
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	4,00
HOSPITAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	,26
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	6,00
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	4,92
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	3,40
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-,38
TOTAL REPASSADO		42,89

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017.

Tabela 32 – Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

Em RS

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	2º QUADRIMESTRE		Variação %	Participação em 2017
	2016	2017		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	70.077.381	95.108.899	35,7%	12,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 111)	714.188	0	-100,0%	0,0%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (FR 212)	81.375	6.763.467	8211,5%	0,9%
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIOS GESTÃO DE SAÚDE (FR 223)	189.942.010	159.128.251	-16,2%	21,4%
SUS (FR 225)	547.780.988	481.759.456	-12,1%	64,9%
TOTAL	808.595.942	742.760.073	-8,1%	100,0%

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

A FR 223 estava incluída na metodologia de cálculo para a aplicação no índice da saúde até o quadrimestre passado juntamente com as fontes de tesouro. Por determinação do TCE/RJ, ela não é considerada mais para esse cômputo, pois a partir de agora somente a execução na Unidade Orçamentária do FES que contabiliza para o índice, através da movimentação de uma conta única. A execução da despesa da Fundação era contabilizada na FR 223 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES com recursos do Tesouro, em favor da Fundação. Por esse motivo, neste quadrimestre a FR 223 apareceu nessa parte de fontes não tesouro. Atualmente, a execução da Fundação está sendo realizada em um programa de trabalho dentro do FES (PT 2911).

Na FR 212 de convênios, houve um aporte de R\$ 6.76 milhões para a construção de um Hospital Regional de Cardiologia.

Até este segundo quadrimestre de 2017, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação na Função Saúde com recursos Não Tesouro – 64,9%. Esse aumento das despesas financiadas com a fonte do SUS provém da substituição do uso dessa fonte nos programas de trabalho diante da escassez de fonte tesouro pela crise econômica que se encontra o ERJ. Mesmo assim, houve um decréscimo de 12,1% (-R\$ 66,02 milhões) em relação ao mesmo período de 2016. Em relação às receitas recebidas do SUS nesse período, a queda foi de 3,8% em comparação com 2016.

Do montante de R\$ 481,76 milhões executados na FR 225, R\$ 256,22 milhões foram direcionados para a Operacionalização das UPA's 24hs Estaduais; R\$ 109,96 milhões foram para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar; R\$ 20,68 milhões foram aplicados no Fortalecimento do Programa Estadual de Transplantes – PET; R\$ 19,23 milhões foram para a Assistência Farmacêutica Especializada; dentre outras despesas menores.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 170,04 milhões nesse segundo quadrimestre, montante 27,8% superior ao mesmo período de 2016. O governo do Estado vem implementando neste período medidas de ajuste financeiro, tentando não prejudicar o atendimento aos estudantes e pesquisadores da FAPERJ. A Fundação tem parceria com a UERJ e UENF nos estudos e pesquisas vinculados às Universidades Estaduais do Estado do Rio de Janeiro, além do apoio ao Programa de Educação Superior à Distância e ao pré-vestibular social implementado pela Fundação CECIERJ.

A despesa liquidada até este segundo quadrimestre pela Fundação representou 1,7% da receita base arrecadada do índice.

A Tabela 33 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

Projeto com maior destaque nesse quadrimestre, a ação Apoio a Estudantes e Pesquisadores registrou uma variação positiva de 12,9% (+R\$ 8,04 milhões) nas despesas liquidadas. O projeto atende às demandas dos alunos com bolsas e auxílios nos programas de

Tabela 33– Execução Orçamentária do Índice da FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A AGO		Variação %
	2016	2017	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	62.170.104	70.215.557	12,9%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	9.527.203	53.639.630	463,0%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	20.051.087	18.794.147	-6,3%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	14.451.325	13.366.987	-7,5%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	6.509.897	7.533.411	15,7%
Pessoal e Encargos Sociais	4.801.383	4.410.071	-8,1%
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	6.177.751	1.346.787	-78,2%
Manut. Ativid. Operacionais / Administrativas	2.604.364	456.563	-82,5%
Fomento à Inovação Tecnológica	3.989.722	181.340	-95,5%
Interiorização do Acesso à Graduação Tecnológica	1.677.400	92.198	-94,5%
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	876.252	4.123	-99,5%
Promoção de Intercâmbio para Estudo e Pesquisa	209.244	.	-100,0%
Prestação de Serv.entre Órgãos Estaduais/ Aquis. Combust. e Lubrificantes	4.003	.	-100,0%
Despesas Obrigatórias de caráter Primário	1.014	.	-100,0%
TOTAL	133.050.749	170.040.814	27,8%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXIVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

estágio de Doutorado, apoio ao Pós-Doutorado (PAPD), Jovens Talentos e bolsas de pré-iniciação científica para estudantes do ensino médio estadual.

Outro importante projeto executado – Desenvolvimento de Estudo e Pesquisa através da FAPERJ – desembolsou R\$ 53,64 milhões com apoio às atividades de pesquisa científica e tecnológica com grupos de pesquisas considerados emergentes (pesquisadores com até dez anos de doutoramento) em instituições de ensino/pesquisa, sediadas no ERJ.

A ação Fomento para Estudos e Pesquisas através da UERJ desembolsou neste período R\$ 18,79 milhões para atender ao PROATEC e PROCIÊNCIA, além do programa de Apoio à Pesquisa e Docência. Este último realiza o aprimoramento de programas de ensino, de pesquisa, de extensão e de capacitação técnico-científica, além do intercâmbio científico e tecnológico entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras instituições de ensino.

Em relação às despesas com Fomento ao Estudo e Pesquisa da UENF, foram desembolsados R\$ 7,53 milhões, variação de 15,7% em relação ao segundo quadrimestre de 2016 (+R\$ 1,02milhão). Este acréscimo está relacionado em parte ao programa de bolsa cotista, que atendeu a 1632 estudantes, além do Programa Próprio de Mestrado e Doutorado, com recursos financeiros oriundos da cota descentralizada da FAPERJ destinados à UENF.

Quando comparada à execução do 2º quadrimestre de 2016 verifica-se um decréscimo de 94% nos recursos de outras fontes justificado basicamente pelo encerramento de convênios com a Fundação, ficando em execução o convênio com a PEUGEOT e com o FINEP que apresentam pequeno desembolso neste período conforme Tabela 34.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Até este segundo quadrimestre de 2017, o FECAM liquidou apenas R\$ 15,06 milhões, uma redução de 91,4% (-R\$ 160,51 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2016, e ainda se encontra sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 24.

**Tabela 34 – Execução Orçamentária
Outras Fontes FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		EM R\$
	JAN A AGO		Variação %
	2016	2017	
Fomento à Inovação Tecnológica	2.623	13.365	409,5%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	218.812	-	-100,0%
TOTAL	221.435	13.365	-94,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

As ações realizadas em 2017 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 35 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi Intervenção em Saneamento Ambiental com um gasto de R\$ 6,44 milhões (42,7% do total liquidado). Seguida das despesas com Melhorias de Infraestrutura de diversos cursos d'água do Estado do RJ, com o trabalho de recuperação de suas margens e seu desassoreamento – R\$ 6,33 milhões (42,0% do total).

Tabela 35 - Índice FECAM

Em R\$

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO/INVESTIMENTO	Total
DER	3979 - Cidades Sustentáveis	1.700.410
SEOBRAS	3979 - Cidades Sustentáveis	261.942
INEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	6.436.807
	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	6.328.392
	3979 - Cidades Sustentáveis	72.760
	5452 - Desenvolvimento dos instrumentos de gestão ambiental	264.135
Total Geral		15.064.447

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 18/09/2017

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 122) aplicada na área de habitação. Em 2015, permitiu-se a criação de uma Unidade Orçamentária, por meio do Decreto Nº 45.410 de 15 de outubro de 2015, em atendimento a Lei Estadual Nº 7.063, possibilitando um melhor acompanhamento da execução dos recursos do Fundo com uma execução de forma centralizada ao invés de pulverizada em diversos órgãos. Neste exercício de 2017, encontra-se o Fundo identificado, na LOA, pela unidade orçamentária 3163 - Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social – FEHIS.

A execução das despesas do Fundo, neste 2º quadrimestre de 2017 (R\$ 24,06 milhões) permanece ainda bastante morosa quando comparada ao mesmo período de 2016 (R\$ 55,63 milhões).

A Tabela 36 detalha a despesa financiada com recursos do Fundo, por órgão executor e respectivos projetos liquidados em cada um deles, no acumulado do quadrimestre.



Tabela 36 - FEHIS

		Em R\$
ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	2º QUAD
SEOBRAS	Realocação de Moradores de Áreas de Risco e Insalubres	2.400
ITERJ	Apoio ao Fomento Socioproductivo dos Assentamentos Rurais e Urbanos-Contrapartida	2.632
	Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ	133.000
SEASDH	Concessão de Aluguel Social	23.926.051
TOTAL GERAL		24.064.083

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 18/09/2017

A SEASDH foi o destaque até este quadrimestre, com a realização de 99,4% dos recursos liquidados (R\$ 23,93 milhões), com a concessão de aluguéis sociais para famílias residentes nos municípios de Niterói, São Gonçalo, comunidade de Manguinhos e para aquelas residentes na Região Serrana.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Como o objetivo prioritário do governo estadual foi o pagamento de folha de pessoal e levando em consideração os bloqueios e arrestos nas contas do Estado, a evolução da liberação das cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento foi bastante impactada.

As cotas liberadas até o segundo quadrimestre de 2017 representaram 117,5% das despesas liquidadas e, desse total, 68,4% foram utilizadas. No que se refere ao pagamento, 86,5% das cotas utilizadas foram pagas.

Com relação às Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de segurança e educação consumiram 79,8% e 76,2% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 38.

O Tesouro Estadual pagou 86,5% das PD's emitidas, até agosto de 2017.

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no primeiro quadrimestre foi de 23 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 70,7%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 6,7% do total e acima de 30 dias, 22,6%.

Tabela 37

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2017

R\$ Milhões			
DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
2.019	2.371	1.622	1.403
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
117,5%	80,4%	68,4%	86,5%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2017

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2017 POR ÁREAS

R\$ MILHÕES				
ÁREAS	DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
EDUCAÇÃO	6	7	5	4
SAÚDE	933	1.299	694	654
SEGURANÇA	184	194	155	91
ASSISTÊNCIA SOCIAL	83	72	69	52
DEMAIS ÁREAS	812	800	700	602
TOTAL GERAL	2.019	2.371	1.622	1.403

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2017

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	102,3%	78,0%	76,2%	85,3%
SAÚDE	139,2%	74,3%	53,4%	94,3%
SEGURANÇA	105,2%	84,0%	79,8%	58,8%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86,7%	83,4%	96,2%	75,7%
DEMAIS ÁREAS	98,6%	86,2%	87,5%	86,0%
TOTAL GERAL	117,5%	80,4%	68,4%	86,5%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2017

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2017, através do SIPC, foram registrados até o presente momento R\$ 236,66 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais, deste total foram adimplidos R\$ 45,01 milhões, ou seja, 19,02% do total.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, preocupado em sanar a grande inadimplência junto às concessionárias de serviços públicos devido às restrições orçamentárias e financeiras impostas pelo cenário econômico atual, sancionou a Lei nº 7.626/2017, de 9 de junho de 2017, que autoriza a compensação com créditos tributários das dívidas líquidas e certas do Estado do Rio de Janeiro junto às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, energia elétrica e gás, e de distribuidoras de petróleo, referente ao período compreendido entre maio de 2016 a maio de 2017.

VI.3.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 2º quadrimestre de 2017, verifica-se redução global de 13,45%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, de maio a agosto de 2017, foram gastos R\$ 11,09 milhões com demanda de alta tensão, sendo R\$ 10,75 milhões de demanda contratada e R\$ 0,34 milhões de demanda ultrapassada.

Gráfico 9

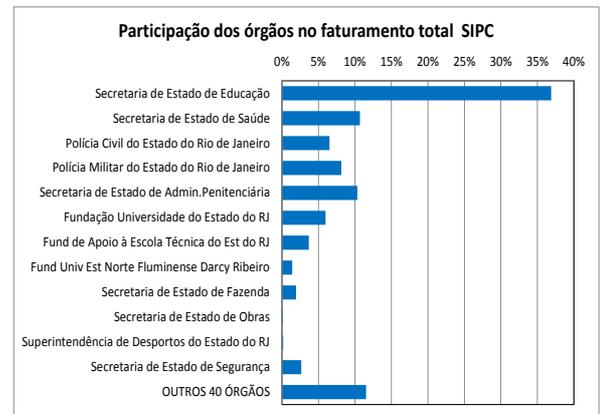
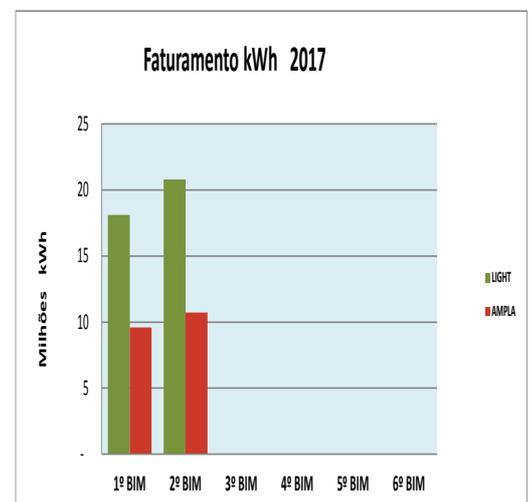


Tabela 39

VALORES DEFERIDOS PARA A COMPENSAÇÃO DA LEI 7.626/2017	
LEI nº 7.626/2017	VR. CONSOLIDADO 18 PARCELAS
CONCESSIONÁRIA	
Light Serviços de Eletricidade S/A	110.208.592,26
Ampla Energia e Serviços S/A	65.120.229,29
Energisa N. Friburgo Dist. de Energia S/A	799.808,10
Energisa Minas Gerais	65.276,04
OI/Telemar Norte Leste S/A	171.947.006,34
Emp.Bras.de Telecom. S/A - EMBRATEL	26.821.983,15
Tim Celular S/A	828.674,61
Intelig	264.904,54
OI/Móvel	1.378.217,29
CEG - 33.938.119/0002-40	1.918.359,39
CEG - 33.938.119/0001-69	68.877,90
CEG Rio S/A - 01.695.370/0001-53	68.346,30
Petrobrás - 32.274.233/0001-02	25.681.134,03
TOTAL	405.171.409,24

Gráfico 10





Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que, de janeiro a agosto de 2017, a média do faturamento foi de R\$ 1.061 mil. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 102,82 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2017 somou R\$ 50,63 milhões, tendo sido quitado 73%.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 2º quadrimestre de 2017, foram faturados R\$ 77,01 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 62,2% deste total.

VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, na sistemática da Lei Complementar Estadual nº 147, de 27 de junho de 2013, o Estado quitou todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014 e 2015, o Estado esteve adimplente com os precatórios, quitando tempestivamente essas obrigações judiciais nos seus exercícios orçamentários.

Em 2016, o Estado não desembolsou recursos para pagamento dos precatórios. No entanto, foram realizados pagamentos pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho com recursos repassados pelo Estado em exercícios anteriores.

Todavia, como não foram pagos todos os precatórios inscritos para o orçamento de 2016, o Estado retornou à situação de inadimplência.

Tabela 40 - Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil		
FAVORECIDOS	1º Quadrim/17	2º Quadrim/17
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	92	118
ÁGUAS DE NITERÓI	3.482	3.524
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	200	228
ÁGUAS DO IMPERADOR	183	160
ÁGUAS DO PARAÍBA	3.144	3.101
CEDAE	23.424	24.452
FÓZ ÁGUAS	6.115	5.904
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	291	513
PROLAGOS	378	416
SAAE/B. MANSA	197	214
SAAE/V. REDONDA	472	405
Total Faturado	37.978	39.034

Em 2017, no segundo quadrimestre, não ocorreram pagamentos de precatórios.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 2º quadrimestre de 2017, não foram depositadas requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

No entanto, como essas obrigações judiciais tem prazo de 60 dias para pagamento, definido pelo art. 5º do Ato Normativo nº 08/2002 do TJ/RJ, as requisições de pequeno valor estão sendo quitadas mediante bloqueios judiciais nas contas do Estado.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações judiciais não é definido pelo Estado, visto que, por seu valor de até 20 vezes o salário mínimo, ressalvadas algumas exceções, possuem rito diferenciado de pagamento, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal¹² e da Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

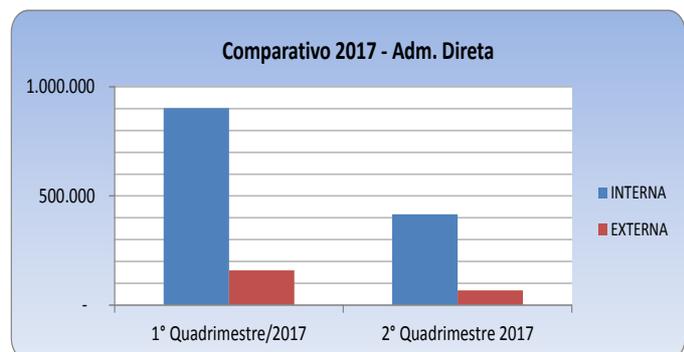
Assim, no 2º quadrimestre de 2017, não ocorreram depósitos de precatórios e requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 2º quadrimestre de 2017, R\$ 483,88 milhões com o serviço da dívida¹³. A importância desembolsada foi 54,4% inferior ao valor pago no quadrimestre anterior.

A diminuição nos valores de amortização e juros/encargos foi em função de Liminar do Supremo Tribunal Federal na

Gráfico 11



¹² O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: “O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.

¹³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

Ação Cível Originária (ACO) nº 2.981, de 31 de maio de 2017, em que houve a antecipação dos efeitos dos artigos 9º e 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017¹⁴.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual¹⁵ alcançou R\$ 1,83 milhão, 34,7% superior ao 1º quadrimestre de 2017.

Tabela 41

R\$ mil

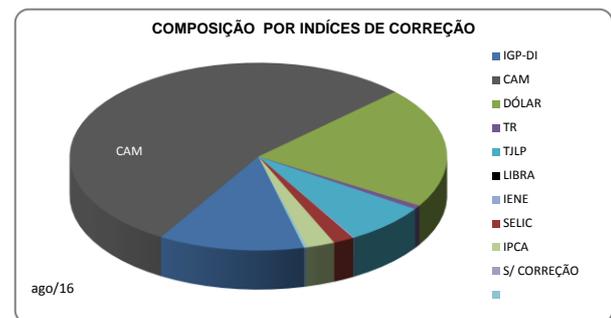
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	1º Quad. 2017			2º Quad. 2017			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	515.041	545.991	1.061.032	228.414	255.465	483.879	-54,40%
INTERNA	409.366	492.059	901.425	183.603	232.874	416.478	-53,80%
EXTERNA	105.675	53.932	159.608	44.811	22.591	67.401	-57,77%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.051	314	1.365	1.541	297	1.838	34,65%
TOTAL	516.092	546.305	1.062.397	229.955	255.762	485.717	-54,28%

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se redução de 57,8% em relação ao quadrimestre anterior. Essa redução foi em função de Liminar do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária (ACO) nº 2.981, de 31 de maio de 2017, em que houve a antecipação dos efeitos do artigo 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017¹⁶. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representa apenas 13,9% do total de serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º quadrimestre de 2017, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 113,01 bilhões, 3,3% maior que o quadrimestre anterior.

Gráfico 12 – Composição por índices de correção



¹⁴ “Art. 9o A União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal.”

“Art. 17. Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inadimplência em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.”

¹⁵ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

¹⁶ Art. 17. Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inadimplência em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.”



O estoque da dívida interna cresceu 3,8%, quando comparado ao 1º quadrimestre de 2017.

O aumento é em função do registro no estoque da dívida das prestações não pagas. Dessa forma, não só a amortização nos contratos não está sendo realizada, como também os juros e encargos estão sendo registrados no estoque.

Tabela 42

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2017			
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	109.369.788	113.010.737	3,33%
INTERNA	97.408.727	101.153.387	3,84%
Dívida com a União	76.331.772	79.213.637	3,78%
Outras Dívidas Contratuais	21.076.956	21.939.750	4,09%
EXTERNA	11.842.156	11.740.538	-0,86%
Com Aval do Tesouro Nacional	11.837.371	11.735.833	-0,86%
Mobiliária	4.784	4.705	-1,65%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	118.904	116.812	-1,76%
DÍVIDA FINANCEIRA	109.369.788	113.010.737	3,33%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	36.327.520	31.619.694	-12,96%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	3,01	3,57	18,71%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 2º Quad/17 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 10,4% do total da dívida financeira, encerrou o 2º quadrimestre de 2017 com saldo de R\$ 11,74 bilhões, ou seja, 0,9% inferior ao 1º quadrimestre de 2017, consequência da valorização do real frente ao dólar¹⁷.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 2º quadrimestre de 2017 em R\$ 116,81 milhões, representando uma redução de 1,8% em relação ao saldo verificado em abril de 2017.

Tabela 43

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.318.542	1,43%	1,17%
2,1 - 4	136.888	0,15%	0,12%
4,1 - 6	80.026.634	86,75%	70,81%
acima de 6,1	10.767.131	11,67%	9,53%
Subtotal	92.249.194	100,00%	81,63%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.428.212	45,41%	8,34%
2,1 - 4	1.884.940	9,08%	1,67%
4,1 - 6	9.448.390	45,51%	8,36%
Subtotal	20.761.542	100,00%	18,37%
Total	113.010.737		100,00%

¹⁷ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de agosto de 2017 foi de 3,1471. Ou seja, 1,6% inferior à cotação do dia 30 de abril de 2017 que foi de 3,1984.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 81,6% do estoque. Desse montante, 70,8% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,3%.

Saliente-se que em virtude da liminar do Supremo Tribunal Federal, que referendou o Acordo firmado entre os Estados e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN¹⁸ o pagamento do contrato de refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, foi desvinculado do limite de 13% da RLR, aplicando-se apenas o sistema *price* de amortização.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2049, os vencimentos de curto prazo¹⁹ representam 8,7%, e desse percentual, apenas 2,2% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, em virtude da liminar do STF, verifica-se uma redução no serviço em 2016 e 2017, apresentando a partir de 2019 uma tendência de queda.

O Gráfico 13 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam o patamar de 30,3%, ao longo dos anos. O Gráfico 14 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado tenha contratado novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Gráfico 13

RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO FIXO E VARIÁVEL

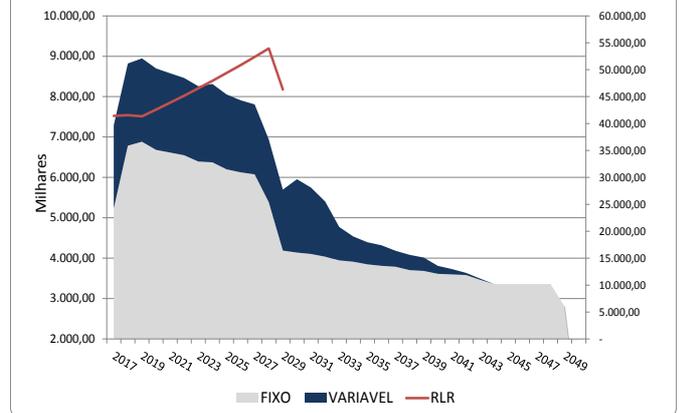
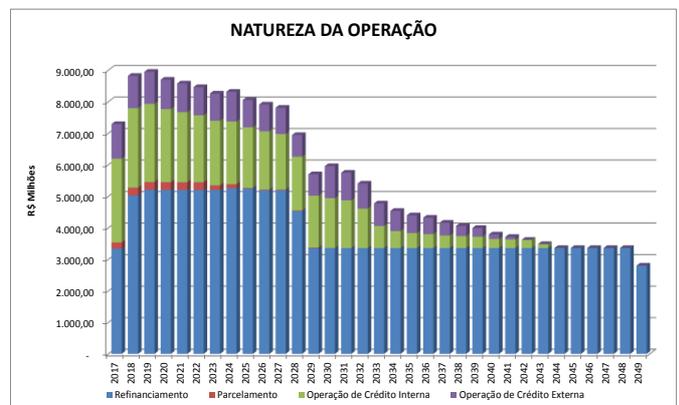


Gráfico 14

NATUREZA DA OPERAÇÃO



¹⁸ A liminar do STF, proporcionou o alongamento da dívida contratada no âmbito da Lei nº 9.496/97 por mais 20 anos (até 2049); a desvinculação dos pagamentos ao limite de 13% da RLR; concessão de desconto linear, em 18 meses, a contar do mês de julho de 2016, iniciando-se em 100% da prestação mensal e reduzindo-se ao longo dos meses seguintes, até extinção dos descontos a partir do 19º mês; diferimento, em 12 meses, dos valores devidos e não pagos relativos às liminares concedidas aos Estados que tiveram por tese principal o questionamento da forma de capitalização do contrato de refinanciamento,

¹⁹ Dívidas vencidas até o exercício seguinte.

Em relação ao prazo médio de amortização²⁰ e ao prazo médio de repactuação²¹, os indicadores atingiram 13,1 anos e 14,8 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 44

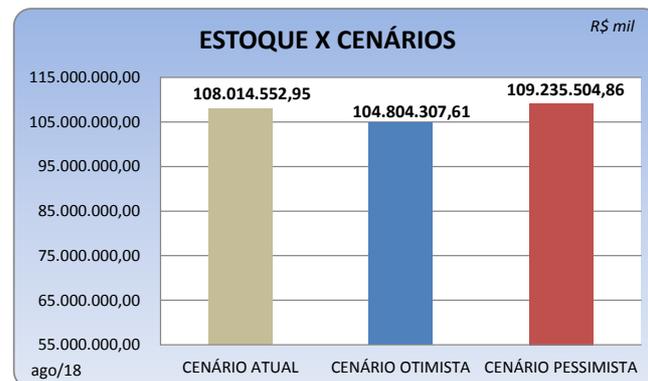
CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	13,31%	14.381.062,99	IGP-DI	12,83%	13.443.607,65	IGP-DI	13,87%	15.147.175,25
CAM	58,70%	63.409.750,04	CAM	58,33%	61.136.960,04	CAM	58,47%	63.864.589,69
DÓLAR	15,67%	16.922.814,86	DÓLAR	16,15%	16.922.814,86	DÓLAR	15,49%	16.922.814,86
TR	0,92%	992.703,24	TR	0,95%	992.703,24	TR	0,91%	992.703,24
TJLP	6,05%	6.537.926,94	TJLP	6,24%	6.537.926,94	TJLP	5,99%	6.537.926,94
LIBRA	0,00%	5.056,03	LIBRA	0,00%	5.056,03	LIBRA	0,00%	5.056,03
IENE	0,05%	52.553,48	IENE	0,05%	52.553,48	IENE	0,05%	52.553,48
SELIC	2,69%	2.902.055,72	SELIC	2,77%	2.902.055,72	SELIC	2,66%	2.902.055,72
IPCA	2,41%	2.602.719,21	IPCA	2,48%	2.602.719,21	IPCA	2,38%	2.602.719,21
S/ CORREÇÃO	0,19%	207.910,45	S/ CORREÇÃO	0,20%	207.910,45	S/ CORREÇÃO	0,19%	207.910,45
TOTAL	100,00%	108.014.553	TOTAL	100,00%	104.804.308	TOTAL	100,00%	109.235.505

ago/18

Coeficiente de Atualização Monetária - CAM

A partir da série histórica de 3,5 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN²², utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 2,0%a.a. e 4,8%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário

Gráfico 15



²⁰ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

²¹ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

²² A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97.

A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional, divulga, mensalmente, no sítio seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM.

otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, equivalente a diferença de 0,2% na participação do coeficiente no total na dívida. Passando de 58,3% no cenário otimista para 58,5% no cenário pessimista.

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,5%a.a. e 9,0%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, equivalente à diferença de 1,1% na participação do índice no total na dívida. Passando de 12,8% no cenário otimista para 13,9% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se variação absoluta de R\$ 4,4 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos, de 4,2%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), verifica-se que, no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao USD passou de R\$ 21,46 bilhões para 21,20 bilhões e de 20,9% para 18,8%, no total da composição da dívida. Essa queda deu-se em função da valorização do real frente ao dólar.

A Tabela 45 e a Tabela 46 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 45, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se

Tabela 45

Variável Chave	Variação	Serviço	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+342.847,35	+2,991
Yene Japonês	+10%	+7.607,48	+0,066
Libor	+1,0%	+335.427,16	+2,927

Tabela 46

Variável Chave	Variação	Estoque	%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.050.588,87	+1,919
Yene Japonês	+10%	+4.864,17	+0,005



reflete num acréscimo de R\$ 335,4 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 3% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 46, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera aumento de no máximo 1,9% e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 56,62 milhões de receita oriunda de operações de crédito nos meses de maio, junho, julho e agosto:

- R\$ 23,18 milhões, destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);
- R\$ 16,77 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 9,44 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD) e
- R\$ 7,23 milhões para o Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD).



Tabela 47

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/08/2017

R\$ mil

	2017		2018/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	81.919	1.740.235	1.836.646
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	-	368.605	572.893
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	-	150.624	116.778
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	3.364	16.660
3. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.067
4. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	151.057	180.388
5. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-
Demais	81.919	1.371.630	1.263.753
6. PET II - BIRD	-	12.014	15.258
7. RIO RURAL I - BIRD	-	-	-
8. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	-	19.623	630
9. PRODETUR - BID	16.802	46.904	175.033
10. PSAM - BID	34.518	504.691	597.760
11. PET II Adicional - BIRD	-	530.022	221.445
12. PROVIAS - CAF	-	-	-
13. ARCO METROPOLITANO	-	-	-
14. INCLUSÃO SOCIAL - BID	13.931	64.411	61.150
15. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	9.437	168.606	90.969
16. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	7.231	25.358	101.508
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	-
Total	81.919	1.740.235	1.836.646

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2016.

(1) Valores realizados em 2017, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de AGO/2017



Tabela 48

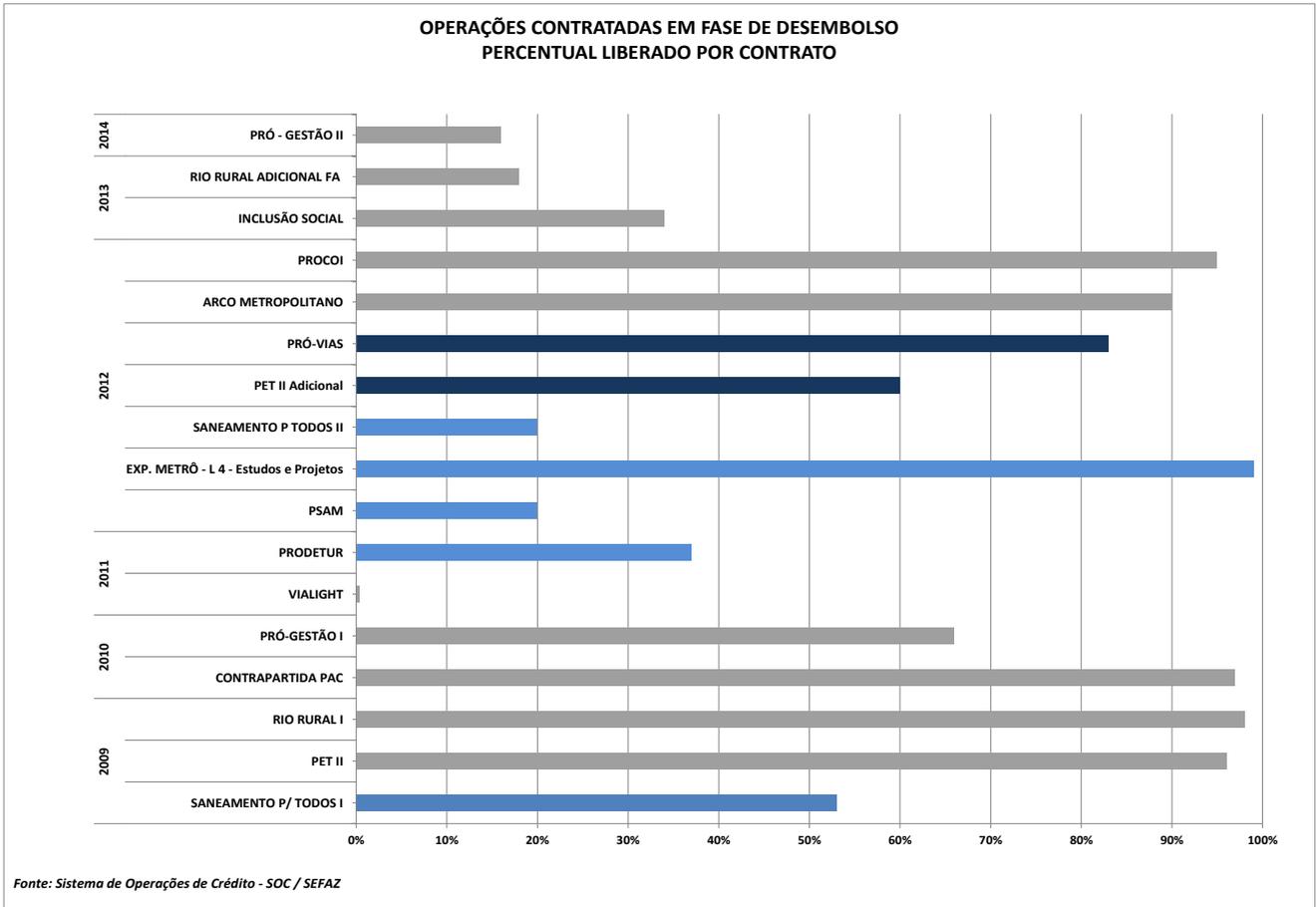
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.08.2017

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	293.723.606,04	53%	558.000.000,00	293.723.606,04
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,000	203.034.022,91	96%	663.319.610,00	391.046.306,74
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	38.735.596,12	98%	123.765.350,00	85.692.038,43
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	621.647.535,91	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	12.237.479,49	66%	58.508.110,90	31.563.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.479.126,09	37%	350.929.600,00	100.917.827,14
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	88.850.000,00	20%	1.416.188.934,00	255.682.606,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	79.368.240,36	99%	162.020.596,46	156.682.298,62
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	83.927.573,26	20%	415.372.248,98	83.927.573,26
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	359.186.734,81	60%	1.879.980.000,00	1.136.959.419,81
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	265.114.581,62	83%	1.001.637.677,50	748.079.880,68
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	180.371.777,63	90%	626.660.000,00	454.766.741,91
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELIE	DÓLAR	60.000.000,00	20.102.483,24	34%	187.998.000,00	62.757.422,65
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	17.519.278,66	18%	313.330.000,00	54.086.596,50
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	7.687.987,63	16%	150.398.400,00	23.091.917,28



Gráfico 16



VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios²³

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º quadrimestre de 2017 com 371 Convênios de Despesa e 254 Convênios de Receita vigentes²⁴.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*²⁵. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*²⁶ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre de 2017 com o montante total de R\$ 4.062,4 milhões².

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre com o montante total de R\$ 6.922,6 milhões².

VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

No segundo quadrimestre de 2017, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP), no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prosseguiu com 02 (dois) Procedimentos de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de projetos de Parceria:

- **PPP Saneamento:** Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os

²³ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

²⁴ Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Esta categoria é conhecida também como modalidade de transferência voluntária de recursos.

²⁵ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010.

²⁶ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

- **PPP Ilha Grande:** Projeto destinado à prestação de serviço de apoio a gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação²⁷, da Ilha Grande.

Os estudos técnicos em elaboração pela Empresa Cataratas do Iguaçu S/A, autorizada pelo Conselho Gestor do PROPAR, nos termos do Chamamento Público 001/2016, que forem aceitos total ou parcialmente para a estruturação do projeto da PPP Ilha Grande, serão ressarcidos pelo vencedor da futura licitação da Concessão, de acordo com seu aproveitamento na modelagem final do projeto.

O valor do ressarcimento sugerido pelo autor do estudo da PPP Saneamento está limitado ao teto de R\$ 28 milhões e da PPP Ilha Grande, limitado ao teto de R\$ 1,4 milhão.

Além dos projetos citados, outros de diversas áreas como transporte, saúde, segurança pública e educação, continuaram em desenvolvimento na Secretaria Executiva do PROPAR em conjunto com a Unidade de PPP, exercida pela Agência de Fomento do Estado (AGERIO).

É importante salientar que a estruturação de uma PPP compreende uma série de procedimentos e estudos complexos que permitem verificar a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da concessão. De modo que, somente quando os projetos estiverem com suas modelagem econômico-financeira estabelecida, será possível verificar se o mesmo agrega de forma positiva valor para a sociedade, considerando para tanto seus custos e benefícios.

Quanto ao Contrato Casa Civil nº 27/2013, única PPP do Estado, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, continua em processo de reequilíbrio econômico-financeiro.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato foi reconhecido pelo Estado, no entanto, a Concessionária apresentou em outubro de 2016 um requerimento de instauração de arbitragem por não concordar com os termos propostos pelo Poder Concedente para restabelecimento do

²⁷ À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”



equilíbrio. O processo segue em andamento na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem²⁸ obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Por fim, vale informar que foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ) nº 88, de 16 de maio de 2017, o despacho deferido pelo Secretário de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, determinando a aplicação à Complexo Maracanã Entretenimento S.A. a penalidade de advertência cumulada com a aplicação de multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da primeira parcela do valor da outorga de concessão (VOC), tendo em vista o inadimplemento do pagamento cujo vencimento ocorreu em janeiro de 2016.

Além disto, no DOERJ nº 131, de 18 de julho de 2017, foi publicado o Despacho deferido pelo Secretário de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, determinando a aplicação à concessionária a penalidade de advertência, acumulada com a aplicação de multa, no percentual de 1% (um por cento), sobre o valor atualizado da segunda parcela do VOC, tendo em vista o inadimplemento do pagamento cujo vencimento ocorreu em janeiro de 2017.

²⁸ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento. A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regimentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.

Glossário

- **Receitas correntes**²⁹: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem³⁰:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem

²⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

³⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital**³¹: são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem³²:

- a) Operações de Crédito:** São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- b) Alienação de Bens:** Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- c) Amortização de Empréstimos:** É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- d) Transferência de Capital:** É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- e) Outras Receitas de Capital:** São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

³¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



-
- ⁱ Bulletin Focus of October, 13th 2017.
 - ⁱⁱ Idem.
 - ⁱⁱⁱ Boletim Focus de 13/10/2017.
 - ^{iv} Idem.